

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

**TÉCNICO EM
AGROPECUÁRIA
CONCOMITANTE AO
ENSINO MÉDIO
CAMPUS SANTA TERESA**

Vigente a partir de 18/12/2023



**Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO
TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA CONCOMITANTE AO ENSINO MÉDIO
CAMPUS SANTA TERESA**

SANTA TERESA – ES

2023

REITOR

Jadir José Pela

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Adriana Pionttkovisky Barcelos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luciano de Oliveira Toledo

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Lodovico Ortlieb Faria

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Lezi José Ferreira

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

André Romero da Silva

CAMPUS SANTA TERESA

DIRETOR-GERAL

Ednaldo Miranda de Oliveira

DIRETOR DE ENSINO

Antonio Fernando de Souza

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Thiago Lopes Rosado

DIRETOR DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

Robson Celestino Meireles

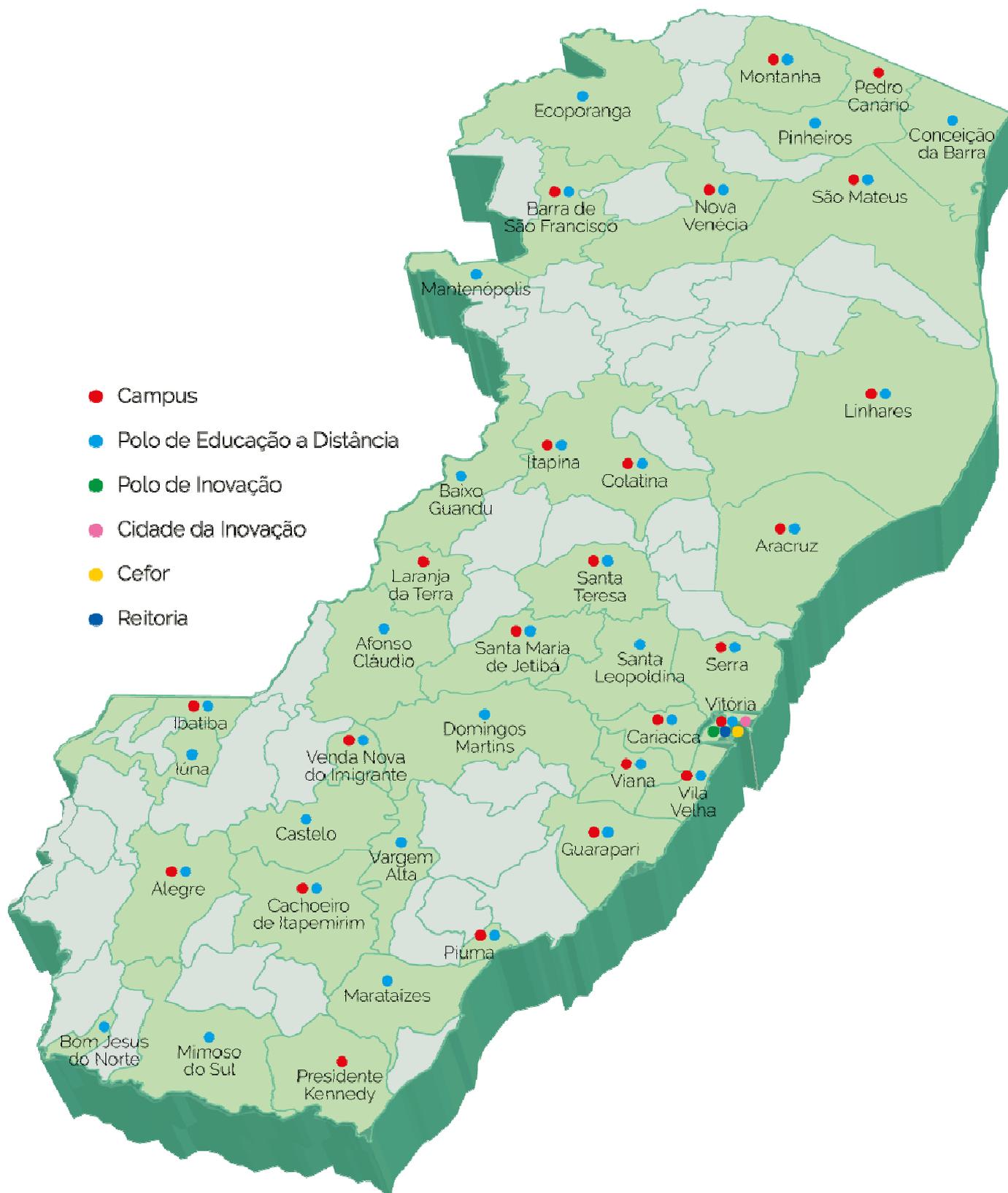
COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

Domingos Sávio Côgo | Hediberto Nei Matiello | João Nacir Colombo | Jussara Silva Campos

Márcia Helena Milanezi | Márcio Vinícius Ferreira De Sousa

Nair Elizabeth Barreto Rodrigues | Robson Celestino Meireles | Valdi Antônio Rodrigues Junior |

O Ifes está presente em 35 municípios do Espírito Santo.



SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	5
2. APRESENTAÇÃO.....	6
3. JUSTIFICATIVA	24
4. OBJETIVOS	28
5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	30
6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	33
7. PRAZO MÁXIMO PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCLUSÃO DO CURSO	71
8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	72
9. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	73
10. AVALIAÇÃO.....	74
11. AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO VINCULADAS AO CURSO	77
12. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	83
13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS	85
14. PERFIL DE COORDENADOR DE CURSO, CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	86
15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	110
16. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO	120
17. REFERÊNCIAS.....	122

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio	
Eixo Tecnológico: Recursos Naturais	
Habilitação: Técnico em Agropecuária	
Carga Horária do curso: 1.200 horas	
Estágio: () obrigatório (X) não-obrigatório Carga horária do Estágio: 100 horas	
Carga horária total do curso: 1300 horas	
Periodicidade da oferta: () anual () semestral – () 1º Semestre () 2º Semestre	
Forma de oferta do curso: () Regime seriado anual: (X) Regime seriado semestral () Regime de créditos:	
Número de alunos por turma: 30 Quantitativo total de vagas: 30	
Turno: Vespertino	
Local de Funcionamento: IFES <i>campus</i> Santa Teresa	
Forma de oferta: Concomitante	
Modalidade: Presencial	
HISTÓRICO DE CRIAÇÃO E REFORMULAÇÃO	
Criação / Reformulação	Data de implementação do PPC e Resolução do Consup
Criação	29/12/2024

2. APRESENTAÇÃO

2.1. Apresentação Geral

2.1.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

O Ifes é o resultado da união de quatro antigas instituições federais de educação: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes), a Escola Agrotécnica Federal de Alegre, a Escola Agrotécnica Federal de Colatina e a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa. A história dessas instituições é centenária, sendo a mais antiga delas o Cefetes, fundado em 1909, durante o governo de Nilo Peçanha, sob o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo.

Em dezembro de 2008, o então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. No Espírito Santo, o Cefetes e as escolas agrotécnicas se integraram em uma estrutura única, o Instituto Federal do Espírito Santo.

No ano de sua criação, o Ifes já contava com 12 unidades. Os campi Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Linhares, Nova Venécia, São Mateus, Serra e Vitória, que eram unidades do Cefetes, somaram-se aos campi de Alegre, Itapina e Santa Teresa, originalmente as escolas agrotécnicas. Além disso, já fazia parte do Instituto o Cead, atual Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor).

A partir de então, o Ifes ampliou a sua rede e a sua oferta de educação profissional e tecnológica. No ano de 2010 foram inaugurados os campi Guarapari, Ibatiba, Piúma, Venda Nova do Imigrante e Vila Velha. Em 2014, iniciaram-se os trabalhos nos campi Barra de São Francisco e Montanha. Um ano mais tarde, em 2015, aconteceram as inaugurações dos campi Centro-Serrano e Viana, além do Polo de Inovação Vitória, que atende à demanda de inovação industrial tecnológica por meio de pesquisa aplicada.

Em 2021, foi autorizada a implantação do Campus Presidente Kennedy. No mesmo ano, foi cedido ao Ifes o espaço dos antigos Galpões do IBC, em Vitória, para a implantação da Cidade da Inovação. O local será uma plataforma para promover e dinamizar soluções transformadoras com a sociedade para o desenvolvimento humano, econômico e sustentável.

Em 2022, o Ifes recebeu a autorização de funcionamento de dois novos campi: Laranja da Terra e Pedro Canário. Com as novas unidades, o Instituto Federal do Espírito Santo conta com 25 campi no estado.

O Ifes oferta cursos de diferentes níveis: do técnico ao doutorado. Atualmente, somam-se 98 (noventa e oito) cursos técnicos, 66 (sessenta e seis) cursos de graduação, 34 (trinta e quatro) cursos de pós-graduação em nível de especialização e aperfeiçoamento, 12 (doze) mestrados e 1 (um) doutorado profissional.

2.1.2 O Campus Santa Teresa

O IFES Campus Santa Teresa constitui-se em um dos Campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, localizado no município de Santa Teresa, Microrregião Central Serrana do Espírito Santo.

Santa Teresa possui limites geográficos com outros oito municípios: Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, São Roque do Canaã, Fundão, Ibirapu, João Neiva, Itarana e Itaguaçu. Conta com uma área de 694,53 km², correspondente a 1,51% do território estadual, e está subdividida em seis distritos: Santa Teresa (Sede), Alto Santa Maria, Santo Antônio do Canaã, São João de Petrópolis, Vinte e Cinco de Julho e Alto Caldeirão. O Município é um dos mais importantes destinos turísticos do Espírito Santo, com cultura marcante, meio ambiente preservado, clima agradável e gastronomia como principais atrativos. A ocupação da área do município está distribuída em 50% para a agricultura (sendo 38% de agropecuária e 12% de florestas econômicas), 38% de matas nativas e capoeiras em regeneração (Mata Atlântica de Montanha), 8% de inaproveitáveis (pedras e afloramentos de rocha) e 4% de outros usos (áreas urbanas, estradas, rios, construções). Com cerca de 40% de seu território coberto por Mata Atlântica preservada é também conhecida como Terra dos beija-flores, das orquídeas e de Augusto Ruschi, Patrono da Ecologia no Brasil. É o maior produtor de uva e vinho do Espírito Santo, representando 80% da produção estadual. Berço da colonização italiana no Brasil, teve sua história iniciada em 1874.

Dados do último censo do IBGE revelaram que 46% dos teresenses viviam no campo em 2010, a maioria agricultores familiares, mas a maior parte do Produto Interno Bruto está no setor de serviços. As maiores áreas plantadas são de café arábica e conilon, mas o eucalipto tem extensa cadeia produtiva e o município tem a maior produção vitivinícola do Estado. As culturas da banana, cacau, laranja, pimenta-do-reino, oliveira, tomate e oliveira, também tem destaque no município. A pecuária é mista e considerada de importância secundária, representada basicamente pela bovinocultura leiteira. A industrialização consiste em algumas agroindústrias. Os serviços incluem instituições de ensino superior, um hospital com atendimento a outros sete municípios e um setor de turismo em expansão. Seus atrativos são as florestas, montanhas, vales, cachoeiras, arquitetura histórica (como a Casa Lambert), culinária (especialmente na Rua do Lazer) e eventos (como a Festa do Imigrante Italiano e o festival de Jazz).

A história do agora campus Santa Teresa teve início com a Escola Prática de Agricultura que foi criada durante a interventoria de João Punaro Bley, no contexto do Estado Novo (1937-1945) comandado pelo presidente Getúlio Vargas. Entretanto, uma personagem menos conhecida teve papel fundamental na concepção da escola. Em 1940, Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi, chefe do Departamento Geral de Agricultura, Terras e Obras do Espírito Santo, encaminha uma exposição de motivos para apreciação do interventor federal. Nas suas palavras, "Urge a criação, no estado, de uma escola onde os filhos dos nossos agricultores menos abastados, ou os próprios agricultores possam, num curso rápido, colher os ensinamentos de que tanto necessitam para melhor desempenho da profissão que abraçam. [...] O que mais necessitamos é de homens práticos para orientação da nossa agricultura." (RUSCHI, 1941, p. 11).

O projeto idealizado por Enrico Ruschi foi vitorioso. Após a escolha do local para a implantação da nova escola, foram adquiridas a antiga fazenda da família Pagani e sua usina hidrelétrica, situadas no distrito de São João de Petrópolis, município de Santa Teresa. À área inicial foram incorporadas pequenas propriedades adquiridas por desapropriação, tornando-se o maior estabelecimento rural da região com 626 hectares.

Ainda durante essa primeira fase da história da instituição foi aprovada no Brasil a Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 que, com os artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, indicava que as escolas agrícolas deveriam funcionar em regime de internato, nelas seriam ofertadas as quatro séries do 1º ciclo (Ginásio Agrícola) e as três séries do 2º ciclo, garantindo a certificação aos concluintes como Técnicos em Agricultura. A Lei Orgânica do Ensino Agrícola consolida uma série de reformas que foram gestadas e implementadas parcialmente ainda durante o Estado Novo.

Em 1948, após um acordo entre Estado e União, a gestão da EPA passou para a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, passando a se chamar Escola Agrotécnica do Espírito Santo, seguindo orientação da nova legislação para o ensino agrícola no país. Intensificam-se as atividades de extensão e também foi criado o periódico O Cultivador. Em 1952, inicia-se o curso de Técnico em Agricultura que permanece sendo ofertado até os dias atuais como Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio.

A partir de 1956, renovado o convênio, passou a se chamar Escola Agrotécnica de Santa Teresa. Logo após, entrou no ar a rádio A Voz da Lavoura. A escola diversificava suas atividades de ensino – como a oferta de curso para formação de tratoristas – tornando-se importante referência para a região.

Nova modificação na legislação levou a criação do Colégio Agrícola de Santa Teresa, em 1964. O colégio passou a certificar Técnicos Agrícolas após formação de três séries do Segundo Ciclo Ginásial. Em 1967, a coordenação do ensino agrícola do país foi transferida para o Ministério da Educação. Em 1973 foi criada a Coordenadoria Nacional do Ensino Agrícola – COAGRI – órgão com autonomia administrativa e financeira, responsável pela condução das diretrizes do ensino agrícola no país. No modelo de escolas-fazenda os estudantes passaram a produzir nas Unidades Educativas de Produção – UEPs, sendo destinadas as cooperativas-escolas a comercialização da produção.

Em 1979, o Colégio Agrícola passa a se chamar Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa, permanecendo subordinada a COAGRI até a sua extinção em 1985 quando passou a Secretaria de Ensino de 2º Grau.

Em 1993, a Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa tornou-se uma autarquia com garantias de autonomia didática e disciplinar e orçamento próprio.

Em 2008, a Lei 11.892 criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia no Brasil. No Espírito Santo, as escolas federais profissionais existentes se uniram para a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES.

Atualmente, o Campus Santa Teresa oferta os cursos de Bacharelado em Agronomia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Tecnólogo em Sistemas para Internet, Cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Agropecuária, Informática para Internet e Meio Ambiente, Curso Técnico Subsequente em Agroecologia (demanda), Pós-Graduações e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

2.2. Apresentação do Curso

A Constituição Federal no art. 205, bem como a Lei nº 9.394/1996 (LDB) no art. 2º preveem que o ensino médio é direito de todos e dever do Estado e da família e será promovido e incentivado com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei Federal Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 propôs uma nova arquitetura para a Educação Básica e instituiu a Reforma do Ensino Médio. Essa Lei também alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei Federal Nº 9.394/96), e estabeleceu mudanças na estrutura da forma de oferta em todo o sistema de ensino do Brasil.

Essas mudanças diversificaram e flexibilizaram a organização curricular, que passaram a acontecer, principalmente, por meio da oferta de Itinerários Formativos de livre escolha dos estudantes. Assim, alguns dos objetivos centrais dessas alterações é promover o desenvolvimento do protagonismo dos

estudantes e de seus projetos de vida por meio da escolha orientada do que desejam estudar; valorizar a aprendizagem com a ampliação da carga horária da Formação Geral Básica de estudos para 1000 horas anuais; garantir os direitos e os objetivos de aprendizagem comuns a todos os jovens com a definição do que é essencial nos currículos a partir da BNCC e da apresentação de Itinerários Formativos para a escolha dos estudantes; desenvolver uma formação humana integral com criticidade e criatividade para a construção de uma sociedade democrática, justa e inclusiva.

Além disso, a nova organização também possibilita a oferta de curso(s) ou habilitações por meio do Itinerário de Formação Técnica e Profissional articulado à Formação Geral Básica. Com isso, reforça-se a preocupação em assegurar formação indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos, bem como à continuidade dos estudos.

Inclusive, atendendo a previsão do artigo 39 da LDB (BRASIL, 1996d) em que a educação profissional, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

Ademais, o art. 16 da Resolução CNE/CP Nº 1/2021 estabelece que os cursos técnicos serão desenvolvidos nas formas integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio. A oferta concomitante destina-se a quem ingressa no ensino médio ou já o estejam cursando, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições distintas.

Neste sentido, o curso técnico concomitante é ofertado a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, em distintas instituições e redes de ensino, mediante ação de convênio ou acordo.

Sendo assim, a Secretaria de Estado da Educação firmou Convênio de Cooperação com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo visando à Cooperação e Intercâmbio interinstitucionais com vistas à execução conjunta de ações para oferta de 30 (trinta) vagas em Curso Técnico de Agropecuária, no IFES, na EEEFM - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio "Frederico Pretti", localizada no município de Santa Teresa, na modalidade de educação profissional técnica de nível médio na forma concomitante. Então, trata-se da oferta desenvolvida simultaneamente em distintas redes de ensino.

A oferta da carga horária destinada ao cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), acontecerá por intermédio da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frederico Pretti. Enquanto o IFES promoverá a oferta dos componentes curriculares destinados à formação

profissional e técnica, disponibilizando os profissionais e a infraestrutura mínima requerida para o curso técnico em Agropecuária, conforme preconiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNTC).

A indicação da unidade escolar estadual, que foi definida para a oferta, levou em consideração a existência de turmas de ensino médio, público-alvo do objeto do convênio, bem como a distância entre a escola e o IFES Campus Santa Teresa. A proximidade entre as instituições pode facilitar o deslocamento dos estudantes e contribuir positivamente para uma maior integração entre os participantes das duas instituições.

O presente documento constitui o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio, ofertado na modalidade presencial, do Eixo Tecnológico Recursos Naturais. Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) se propõe explicitar as principais diretrizes filosóficas e pedagógicas para as ações educacionais.

Trata-se de uma proposta de organização curricular orientada por fundamentos filosóficos humanistas, o que significa a presunção de uma *práxis* educativa voltada para a integralidade humana, para uma formação omnilateral, observando-se sua condição de indivíduo, de coletividade, de racionalidade e de sensibilidade. Assim, o PPC é o documento que confere ao Curso um direcionamento a partir de suas especificidades e singularidades, com o intuito de apresentar de forma clara e objetiva a justificativa de implantação e de funcionamento do mesmo, bem como apontar diretrizes que levem à observação de suas prioridades e estratégias de trabalho.

O PPC é orientado pelas bases legais da Educação Profissional e Tecnológica Brasileira (EPT), explicitadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 20/12/1996, suas atualizações e demais documentos normativos que organizam a Educação Profissional brasileira, mais especificamente a que se refere à Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Também se orienta nas decisões institucionais explicitadas no Regulamento da Organização Didática (ROD) do Ifes, aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 65, de 30/12/19.

O presente PPC, portanto, traz em seu bojo os pressupostos que balisam a proposta do Curso, sendo estes de ordem teórica, metodológica e didático-pedagógica, em consonância com a normativa que define a estrutura dos PPCs dos cursos técnicos ofertados no âmbito do Ifes. Este Projeto explicita os princípios, as categorias e os conceitos que possibilitarão a materialização dos processos de ensino e aprendizagem propostos.

O PPC do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio, na modalidade presencial, do Eixo Tecnológico Recursos Naturais encontra respaldo nas determinações legais como as citadas abaixo:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - artigos 205 a 214);
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN) e suas atualizações - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- NBR 9050:2004, de 31 de maio de 2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- Parecer CNE/CEB nº 5, de 4 de maio de 2011 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2-2024/1 do Ifes (PDI);
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

2.3. Fundamentação Legal Obrigatória

2.3.1. Documentos fundamentais

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto - artigos 205 a 214);
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências;
- NBR 9050:2004, de 31 de maio de 2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2-2024/1 do Ifes (PDI);
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Ifes - 2019/2 a 2024/1;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 - Disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes,

as empresas e a sociedade em geral. 4ª edição - Atualização em 23/03/2023. (Ocupação CBO Associada - 3115-05 Técnico em Controle de Meio Ambiente)

2.3.2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN) - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

2.3.3. Plano Nacional de Educação (PNE)

- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

2.3.4. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

- Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012 - Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos;
- Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014 - Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental;
- Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014 - Atualiza e define novos critérios para a composição do CNCT, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de EPT quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no artigo 81 da LDBEN nº 9.394/1996 e nos termos do artigo 19 da resolução CNE/CEB nº 06/2012;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020 - Disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio para orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral. 4ª edição - Atualização em 23/03/2023.

2.3.5. Educação Profissional Técnica de Nível Médio

- Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de dezembro de 1997 - Diretrizes operacionais para a educação profissional, em nível nacional;
- Parecer CNE/CEB nº 16, de 05 de outubro de 1999 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;
- Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico;

- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004 - Regulamenta o § 2º do artigo 36 e artigo 39 a 41 da LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 39, de 8 de dezembro de 2004 - Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio;
- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008 - Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da EPT de Nível Médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;
- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 11, de 4 de setembro de 2012 - Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Parecer CNE/CEB nº 10, de 5 de novembro de 2014 - Revisão da redação do artigo 28 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, à luz da redação do Parecer CNE/CEB nº 11/2012;
- Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Parecer CNE/CP nº 17, de 10 de novembro de 2020 - Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

2.3.6. Estágio Curricular Supervisionado

- Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e realização do Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos;

- Resolução CNE/CEB nº 2, de 04 de abril de 2005 - Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e o artigo 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001 e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 1, de 24 de janeiro de 2018 - Consulta sobre estágio supervisionado na Educação Profissional.

2.3.7. História e Cultura Afro-Brasileira

- Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 - Altera a Lei nº 9.393/96 e inclui no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”;
- Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2007 - Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

2.3.8. Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso

- Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 - Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;
- Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências - Atualizada pela Lei nº 10.741, de 22 de julho de 2022 - Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente).

2.3.9. Educação Ambiental

- Âmbito federal

- Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 - Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências;
- Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980 - Alterada pela Lei 7.804/89. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências;
- Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981 - Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 - Dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 - Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências;
- Constituição Federal/88 - artigo 225;
- Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989 - Alterada pela Lei 11.516/07. Alterada pela Lei 7.957/89. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências;
- Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989 - Alterada pela Lei 9.974/00. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências;
- *Lei nº 7.805 de 18 de julho de 1989* - Regulamenta as atividades garimpeiras;
- Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Alterada pela Lei 13.158/15. Alterada pela Lei 12.805/13. Alterada pela Lei 10.990/04. Alterada pela Lei 10.298/01. Alterada pela Lei 10.246/01. Alterada pela Lei 10.327/01. Alterada pela Lei 10.228/01. Alterada pela Lei 9.712/98. Alterada pela Lei 9.272/96. Alterada pela Lei 11.718/08. Alterada pela Lei 11.775/08. Alterada pela Lei 12.058/09. Dispõe sobre a política agrícola;
- Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o Inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;
- Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;

- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e dá outras providências;
- Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 - Regulamenta o artigo 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências;
- Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006 - Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis ns. 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências;
- Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências;
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
- Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

- Âmbito estadual

- Lei Estadual nº 7.058, de 18 de janeiro de 2002 - Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente na Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente;
- Lei Complementar Estadual nº 248, de 28 de junho de 2002. Cria o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), e dá outras providências;

- Lei nº 9.265, de 15 de julho de 2009 - Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei Estadual nº 9.685, de 23 de agosto de 2011. Altera dispositivos da Lei nº 7.058, de 18/1/2002;
- Resolução Cerh nº 5, de 7 de julho de 2005. Estabelece critérios gerais sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Espírito Santo;
- Resolução Consema nº 1, de 19 de março de 2008. Dispõe sobre a redefinição dos procedimentos para o licenciamento ambiental dos empreendimentos enquadrados como classe simplificada tipo “S” nos termos da legislação em vigor;
- Resolução Consema nº 3, de 7 de maio de 2009. Estabelece os critérios e procedimentos para expedição da licença ambiental de operação de 6 anos e suas respectivas renovações;
- Resolução Consema nº 1, de 30 de junho de 2010. Revoga a Resolução Consema nº 1/2007, mantendo vigente apenas seu Anexo Único, até que seja atualizado por meio de Instrução Normativa do Iema, estabelecendo novas diretrizes para o exercício do Licenciamento Ambiental Municipal, e dá outras providências. Alterada pela Resolução Consema nº 5/2012;
- Resolução Consema nº 1, de 27 de julho de 2011. Considera como instrumento hábil à delegação de competência aos municípios habilitados para fazer o licenciamento ambiental municipal das atividades que ultrapassem o porte previsto na Resolução nº 1/2010, ou as situadas em área de preservação permanente;
 - Resolução Consema nº 1, de 8 de fevereiro de 2012. Altera o artigo 4º da Resolução Consema nº 1/2008;
 - Resolução Consema nº 5, de 17 de agosto de 2012. Define a tipologia das atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local e dá outras providências;
 - Decreto Estadual nº 1.777- R, de 8 de janeiro de 2007. Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado Silcap, alterado pelo Decreto nº 1972- R, de 26 de novembro de 2007;
 - Decreto Estadual nº 1.972- R de 26 de novembro de 2007. Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado Silcap;
 - Decreto Estadual nº 2.809- R, de 21 de julho de 2011. Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8/1/2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente (Silcap);
 - Decreto Estadual nº 3623-R, de 4 de agosto de 2014. Regulamenta o licenciamento ambiental de barragens para fins agropecuários e/ou usos múltiplos no estado;

- Instrução Normativa lema nº 19, de 4 de outubro de 2005. Estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água do domínio do estado do Espírito Santo;
- Instrução Normativa lema nº 12, de 18 de setembro de 2008. Dispõe sobre a classificação de empreendimentos e definição dos procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental simplificado;
- Instrução Normativa lema nº 14, de 1º de dezembro de 2008. Dispõe sobre os procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental de coleta e transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos e resíduos de serviços de saúde;
- Instrução Normativa lema nº 10, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o enquadramento das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente, com obrigatoriedade de licenciamento ambiental no lema e sua classificação quanto ao potencial poluidor e porte. Retificada pela Instrução Normativa nº 2, de 12 de janeiro de 2011;
- Instrução Normativa Idaf nº 4, de 9 de maio de 2011. Institui as normas e procedimentos que regulam, em todo território do estado do Espírito Santo, o licenciamento ambiental a ser realizado pelo Idaf, nas tipologias discriminadas no Decreto nº 2055-R, de 14 de maio de 2008, enquadradas nas classes simplificada I e II.

2.3.10. Educação para o Trânsito

- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

2.3.11. Educação em Direitos Humanos

- Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 - Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências;
- Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012 - Estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

2.3.12. Prevenção da violência contra a mulher

- Lei n.º 14.164 de 10 de junho de 2021 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

2.3.13. Estatuto da Juventude

- Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.

2.3.14. Promoção da cultura da paz

- Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018 - Altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

2.3.15. História e cultura dos povos indígenas

- Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015 - Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

2.3.16. Guarda Religiosa

- Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019 - Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

2.3.17. Exibição de filmes na Educação Básica

Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014 - Acrescenta § 8º ao artigo 26 da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

2.3.18. Atendimento Domiciliar

- Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975 - Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e dá outras providências;
- Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1966 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da

educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado.

2.3.19. Ações inclusivas e atendimento a necessidades específicas

- Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 - Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica;
- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências;
- Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências;
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de julho de 2001 - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 - Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;
- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 - Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial;
- Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 - Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003;
- Decreto nº 7.611, de 18 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;

- Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
- Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016 - Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino;
- Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018 - Altera o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

2.3.20. Educação Alimentar e Nutricional

- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, nº 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994, e dá outras providências;
- Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 - Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015 - Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução CD/FNDE, nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

2.3.21. Assistência Estudantil

- Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 - Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

3. JUSTIFICATIVA

O Ifes Campus Santa Teresa oferta seus cursos técnicos com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, demais legislações nacionais vigentes e as legislações institucionais da organização administrativo didático-pedagógica do Ifes.

Ocupando a área de 629 hectares, os cursos do campus Santa Teresa atendem estudantes oriundos de diferentes municípios do Espírito Santo e ainda dos estados da Bahia e de Minas Gerais, que buscam o Curso de Agropecuária, que consegue fechar suas turmas ingressantes, como mostra a tabela abaixo:

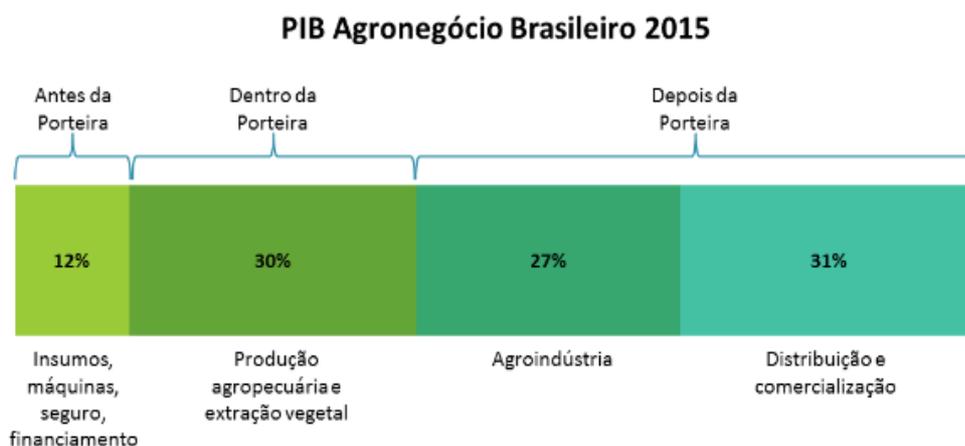
<i>Ano</i>	<i>Inscritos</i>	<i>Matrículas</i>	<i>Vaga</i>
2018	277	121	120
2019	361	123	120
2020	343	116	120
2021	175	120	120
2022	131	121	120
2023	282	120	120

O Estado do Espírito Santo, segundo o Novo Plano de Desenvolvimento da Agricultura – PEDEAG 2007 – 2025, divide-se em 7 (sete) regiões agropecuárias: Colatina; Noroeste; Norte; Linhares; Serrana; Sul e Caparaó. Nos dias atuais, o Estado apresenta uma inserção competitiva da economia no mercado global e amplo processo de desenvolvimento da agricultura e pecuária capixaba, gerando condições para o surgimento de espaços de atuação do Técnico em Agropecuária. Essa inserção restringiu-se à Região Metropolitana, centrada em atividades industriais e de comércio exterior. Entretanto, é necessário destacar o importante papel da agropecuária no dinamismo econômico dos municípios do interior do Estado.

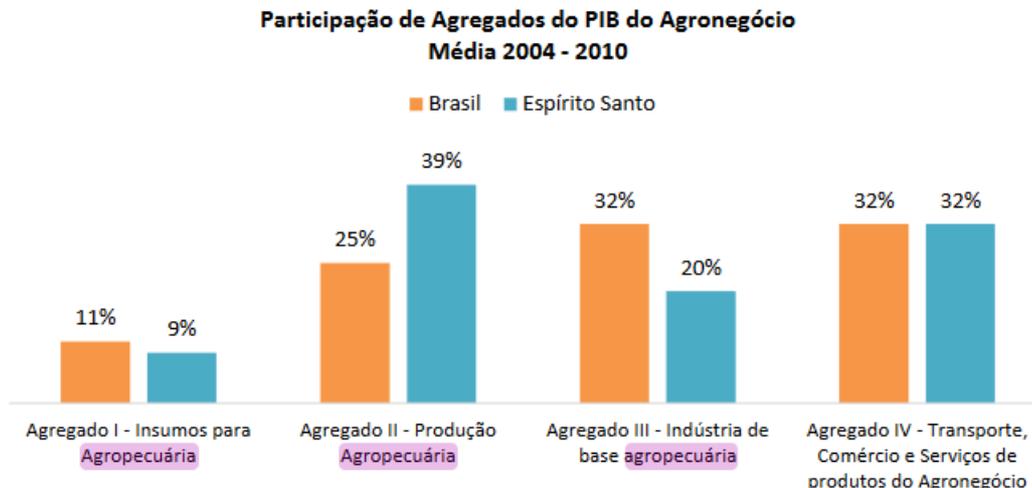
No Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (PEDEAG3), 2015-2030, encontramos dados de análise do agronegócio de maneira ampliada, além da produção agrícola e pecuária.

Davis e Goldberg (1957 apud BATALHA, 1997, p. 25) criaram o conceito Agrobusiness (agronegócio) como sendo “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”.

A figura a seguir expõe o redimensionamento do PIB do Agronegócio além da produção



agropecuária.



No Estado do Espírito Santo, o setor de agronegócio absorve 33% da população economicamente ativa no Espírito Santo e é responsável por 30% do PIB Estadual, sendo a atividade econômica mais importante em 80% dos municípios capixabas. O setor engloba desde a produção agropecuária e extrativa não mineral até as atividades de transporte, comércio e serviços ligados à distribuição dos bens produzidos no campo. O Espírito Santo é o maior produtor de café conilon, participando com mais de 75% da produção brasileira dessa espécie. No geral, é o segundo maior produtor de cafés do

País e também é destaque nacional e internacional na produção de cafés especiais com o tipo arábica, que é cultivado nas montanhas capixabas e valorizado nas principais torrefadoras do mundo. O Estado também é o maior exportador nacional de mamão papaya. Destacam-se também as culturas do abacaxi, maracujá, coco, goiaba e morango. (<https://www.es.gov.br/agronegocio> em 29/05/2023)

Para evidenciar a importância econômica da agropecuária capixaba, trazemos dados de 2018 do INCAPER.

(<https://incaper.es.gov.br/Media/incaper/PDF/SimposioIncaperPesquisa2021/Resumo01.pdf> EM 29/05/2023)

- Em 18 municípios capixabas a agropecuária representou mais de 20% do PIB municipal;
- A estimativa do Valor Bruto da Produção agropecuária (VBP) para o ano de 2020 foi de R\$ 12,43 bilhões;
- A participação das atividades de agricultura no VBP foi de 68,2%;
- Na agricultura os produtos mais representativos economicamente foram café, banana, mamão, tomate e pimenta-do-reino;
- Na produção animal a produção de carne bovina, ovos, carne de aves e leite foram os mais representativos;
- A cafeicultura representou 37% do VBP, que em valores monetários correspondeu a R\$ 4,6 bilhões, a fruticultura 11,8% (R\$ 1,4 bilhões) e a olericultura 11,2% (R\$1,3 bilhões).
- A produção animal representou 29% do VBP (R\$3,6 bilhões). A participação de carne bovina no VBP foi de 6,7% e a de carne de aves foi de 4,3%;
- A produção de ovos representou 10,8% e leite 5,3%.
- O setor agropecuário é responsável por manter a segurança alimentar;
- Proporciona renda e emprego aos pequenos produtores rurais, garantindo a sua permanência no meio rural e a sustentabilidade.

O Ifes Campus Santa Teresa está inserido na Região Serrana que para atender aos propósitos do NOVO PEDEAG 2007 – 2025 foram incorporadas ainda as microrregiões Central-

Serrana e Sudoeste-Serrana, abrangendo 13 municípios, com uma área de 7.136 km² e uma população total de 222.848 habitantes.

Com um PIB agropecuário alcançando 43% do Produto Interno Bruto Regional, caracteriza-se como a região capixaba com maior expressão.

Portanto, as atividades agropecuárias marcam a vocação econômica da região que seguida pelo segmento turístico é influenciada positivamente pelas relações com a Grande Vitória, oportunizada pela proximidade, pelo clima de montanha e por iniciativas empreendedoras dos atores regionais, públicos ou privados.

Em decorrência de sua localização no município de Santa Teresa, o Campus atende também aos estudantes dos municípios de Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, São Roque do Canaã, Afonso Cláudio, Laranja da Terra que compõem essa Região e a outros de regiões circunvizinhas como Fundão, Aracruz, Ibirapu e João Neiva.

Com essa abrangência, o Ifes Campus Santa Teresa, visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, por meio da oferta de cursos voltada para os arranjos produtivos, culturais, sociais, objetivando atuar para o fortalecimento do desenvolvimento local e regional. Assim, o Campus Santa Teresa, com sua reconhecida trajetória institucional de oitenta e dois (82) anos de educação dedicados à área agropecuária, persegue esse propósito também por verticalização profissional com a oferta do Curso Bacharelado em Agronomia.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo Geral

Formar o Técnico em Agropecuária com conhecimentos e saberes relacionados à produção agropecuária, à produção e ao processamento de alimentos, à fitossanidade e à proteção ambiental, atualizado em relação às inovações tecnológicas, em condições de trabalhar de forma construtiva, colaborativa e na tomada de decisões de forma responsável, crítica, humanística e ética, consciente em relação ao impacto de sua atuação profissional quanto aos aspectos econômicos, sociais e ambientais.

4.2. Objetivos específicos

- Formar profissional habilitado para planejar, organizar e administrar propriedades rurais, conciliando as práticas agropecuárias e agroindustriais, dentro de um contexto sustentável;
- Proporcionar o desenvolvimento de um conjunto de habilidades, com o espírito empreendedor, liderança e capacidade de avaliação, geradores da diferença entre o sucesso e o fracasso na gestão da unidade de produção rural;
- Organizar experiências teóricas e práticas que permitam ao egresso do curso atuar no assessoramento de agricultores quanto à realização de práticas cooperativistas e de produção face às demandas regionais, vinculadas aos programas de desenvolvimento rural sustentável;
- Incentivar projetos de pesquisa oriundos de sistemas de produção agropecuários e agroindustriais nas propriedades familiares;
- Ofertar formação profissional abrangente, com visão concreta da realidade, a fim de que possam optar entre diferentes processos e agregar valores aos produtos agropecuários;
- Desenvolver ações planejadas em parceria com empresas, produtores, entidades e instituições ligadas ao setor primário, oportunizando aos estudantes o contato direto com o mundo do trabalho;
- Possibilitar a construção de conhecimento tecnológico, através de pesquisas e experiências desenvolvidas;

- Contribuir com a capacitação de gestores para desempenho eficaz de funções de direção e liderança no ambiente agropecuário e programas de desenvolvimento sustentável, tendo em vista a realidade contemporânea do mundo rural, seus principais problemas, características e exigências próprias;
- Identificar os diferentes processos produtivos agropecuários envolvendo práticas produtivas convencionais e não convencionais.

5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

De acordo com o Catálogo Nacional de cursos Técnicos, o profissional técnico com formação em Agropecuária, ao final do curso, deverá ter as habilidades seguintes:

- Planejar, organizar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais.
- Elaborar, projetar e executar projetos de produção agropecuária, aplicando as Boas Práticas de Produção Agropecuária (BPA).
- Prestar assistência técnica e assessoria ao estudo e ao desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas, ou aos trabalhos de vistoria, perícia, arbitramento e consultoria.
- Elaborar orçamentos, laudos, pareceres, relatórios e projetos, inclusive de incorporação de novas tecnologias.
- Prestar assistência técnica às áreas de crédito rural e agroindustrial, de topografia na área rural, de impacto ambiental, de construção de benfeitorias rurais, de drenagem e irrigação.
- Planejar, organizar e monitorar atividades de exploração e manejo do solo, matas e florestas de acordo com suas características, alternativas de otimização dos fatores climáticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais.
- Realizar a produção de mudas e sementes, em propagação em cultivos abertos ou protegidos, em viveiros e em casas de vegetação.
- Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.
- Planejar, organizar e monitorar o processo de aquisição, preparo, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais.
- Orientar projetos de recomposição florestal em propriedades rurais.
- Aplicar métodos e programas de melhoramento genético.
- Prestar assistência técnica na aplicação, na comercialização, no manejo de produtos especializados e insumos (sementes, fertilizantes, defensivos, pastagens, concentrados, sal mineral, medicamentos e vacinas).
- Interpretar a análise de solos e aplicar fertilizantes e corretivos nos tratamentos culturais.

- Selecionar e aplicar métodos de erradicação e controle de vetores e pragas, doenças e plantas daninhas.
- Planejar e acompanhar a colheita e a pós-colheita.
- Supervisionar o armazenamento, a conservação, a comercialização e a industrialização dos produtos agropecuários.
- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal, vegetal e agroindustrial.
- Emitir laudos e documentos de classificação e exercer a fiscalização de produtos de origem vegetal, animal e agroindustrial.
- Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agropecuária.
- Manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).
- Aplicar técnicas de bem-estar animal na produção agropecuária.
- Treinar e conduzir equipes nas suas modalidades de atuação profissional.
- Aplicar as legislações pertinentes ao processo produtivo e ao meio ambiente.
- Aplicar práticas sustentáveis no manejo de conservação do solo e da água.
- Identificar e aplicar técnicas mercadológicas para distribuição e comercialização de produtos agropecuários e animais.
- Executar a gestão econômica e financeira da produção agropecuária.
- Administrar e gerenciar propriedades rurais.
- Realizar procedimentos de desmembramento, parcelamento e incorporação de imóveis rurais.
- Operar, manejar e regular máquinas, implementos e equipamentos agrícolas.
- Operar veículos aéreos remotamente pilotados e equipamentos de precisão para monitoramento remoto da produção agropecuária.

Considerando ainda o CNCT, é necessário que a formação do egresso do curso Técnico em Agropecuária aborde temas relacionados à atualização de inovações tecnológicas, a colaboração, o trabalho de equipe e a tomada de decisões, além de explorar a perspectiva investigativa do estudante, bem como sua “capacidade de comunicação e argumentação, autonomia, proatividade, liderança, respeito às diversidades nos grupos de trabalho, resiliência frente aos problemas,

organização, responsabilidade, visão crítica, humanística, ética e consciência em relação ao impacto de sua atuação profissional na sociedade e no ambiente.”

O CNCT trata-se de um referencial que contribui com o planejamento dos cursos de formação profissional de nível médio, apresentando informações que direcionam a formação para atendimento das demandas identificadas pelo MEC.

6. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1. Concepção

Este projeto está alinhado com as bases legais determinadas na LDB nº 9394/96 e no coletivo de leis, decretos, pareceres, resoluções e referências curriculares que formalizam a Educação Profissional no âmbito do Instituto Federal de Educação e do Brasil.

A educação para emancipação do ser humano, independente de sua condição, compreende a educação como um processo permanente de formação integral. Neste contexto, considerando o Projeto de Desenvolvimento Institucional do Ifes – PDI, a “educação profissional, técnica e tecnológica é entendida como um processo formativo pelo qual o conhecimento científico adquire, para o sujeito, o sentido de força produtiva, traduzindo-se em técnicas e procedimentos, a partir da compreensão dos conceitos científicos e tecnológicos. Assim, a educação profissional integra a formação plena dos sujeitos (adolescentes, jovens e adultos) que a constituem, possibilitando novas construções intelectuais, a apropriação de conceitos necessários para a intervenção consciente na realidade e a compreensão do processo histórico de construção do conhecimento” (PDI, 2019/2024/1, 69).

Concebe-se para este curso uma organização curricular que possibilite, além da formação técnica, outras vivências em diversas áreas do conhecimento, proporcionando a formação omnilateral (Frigotto, 2009).

De acordo com Lima , *“currículos não são conteúdos prontos a serem passados aos alunos. São uma construção e seleção de conhecimento e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmica sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas.”*(2007, p.9)

Em sua concepção pedagógica, esta formação busca desenvolver conteúdos, atividades e práticas relacionados com temas significativos da área para aplicação dos conceitos apreendidos na realidade, compreendendo que a relação ensino e aprendizagem deve ser construída na relação dialógica entre o sujeito que aprende e o objeto que é aprendido.

A questão da produção do indivíduo como atividade de prática social, de forma singular ou coletiva, na teoria e/ou na prática, estarão presentes no decorrer do curso, considerando a educação para formação para a vida. Por meio da formação para o curso são desenvolvidas várias ações que exigem a produção individual e coletiva de forma direta e direcionada para a consolidação de saberes.

O estudante poderá desenvolver seu conhecimento de formas diversas, com disponibilização de teorias e práticas associadas entre os conteúdos estudados em uma mesma disciplina ou em disciplinas distintas, observando o artigo 20 da Resolução CNE/CP nº 05/21.

A resolução CNE/CP nº 01/2021 também ressalta a importância da integração de conteúdos no artigo 20, inciso V ao afirmar que na estruturação dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio precisa ser considerado “o diálogo com diversos campos de trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, como referências fundamentais de sua formação.”

Docentes e discentes são partes inseridas no processo de ensino, assumindo papéis distintos nas etapas e questões que constituem a construção da aprendizagem. A mediação dos professores é encarregada de promover a interação entre o meio social, econômico, cultural, relacionando o objeto de estudo com as experiências dos sujeitos aprendizes oportunizando o protagonismo discente para a produção de conhecimento nos diversos espaços sociais. Neste sentido, conteúdos de diferentes componentes curriculares devem dialogar, ser associados e significados, imprimindo maior sentido à aprendizagem do estudante. Aliados do processo de ensino estão a pesquisa e a extensão com compromisso com a produção do conhecimento que direcionem para solução de possíveis problemas estudados ou deparados durante o curso. A associação entre ensino, pesquisa e extensão representa a ampliação do campo de estudos e das possibilidades de níveis maiores de aprendizagem. Acesso a bibliografias, documentos, pesquisas empíricas, participação em projetos de iniciação científicas e em atividades de extensão realizadas no próprio campus ou na região, além de outras ações, são possibilidades de associação de atividades de ensino pesquisa e extensão que podem auxiliar na consolidação de aprendizagem e na busca de soluções diversas a partir de problematização apresentada por meio de conteúdos nos diversos componentes curriculares.

Considerando a premissa da formação do aluno com caráter emancipatório, formar com o propósito meramente profissionalizante perde o sentido. Os educandos devem ser envolvidos em múltiplas ações educacionais que busquem o despertar de amplas possibilidades de formas de ação e atuação pessoal e social. A associação entre ensino, pesquisa e extensão contribui para a abertura do horizonte em termos de atuação profissional, para a superação do caráter fragmentado do conhecimento por meio da atuação em frentes que podem ser distintas, mas que dialogam com a construção de saberes. Conceber o curso de forma que os diversos componentes curriculares e as demais ações educativas se comuniquem, se relacionem imprimindo sentido ao que os alunos vivenciam para a aprendizagem torna-se fundamental no fazer do curso. Estabelecer relações entre os conhecimentos abre possibilidades para a análise, para a compreensão e para a prática de fenômenos e de fatos estudados. O aspecto tecnológico largamente difundido e utilizado atualmente

é parte integrante no desenvolvimento de todo o curso e vai além do mero uso de tecnologias. Além de ampliar relações de interatividade, condutas que incluem inovação digital oferecem apoio para enriquecer e reforçar a aprendizagem dos estudantes e auxiliam na superação do modelo tradicional de aprendizagem. De acordo com Folque (2011) as *“ferramentas tecnológicas, entre outras razões, são utilizadas para registrar reproduzir dados; acessar e recolher informações; organizar, produzir e divulgar informações; criar, expressar, comunicar e cooperar; colaborar, brincar e jogar, etc. Todas essas funcionalidades devem ser exploradas no processo de aprendizagem, mas sempre em estreita relação com a atividade humana que lhes dá sentido. (FOLQUE, 2011,p. 9).*

Integrar tecnologias à educação pode tornar-se ferramenta para agregar mais as pessoas ao conhecimento, motivando e inovando mais os estudos. A inovação tecnológica pode tornar-se ferramenta para agregar mais as pessoas ao conhecimento, assim como dar maior autonomia aos estudantes na construção dos saberes.

6.2. Metodologias

As estratégias metodológicas adotadas para o desenvolvimento do curso de Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio acompanharão as concepções e finalidades adotadas pelo Ifes, por meio do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e demais legislações pertinentes e serão sustentadas pelas perspectivas de ações educativas com concepções de emancipação e de transformação social.

Adotando-se a articulação dialógica entre teoria e prática, a promoção do pensamento crítico, o desenvolvimento da autonomia com a participação ativa dos estudantes, a utilização de tecnologias da informação e comunicação e incentivo a ações que fortaleçam práticas colaborativas, o curso adotará estratégias e metodologias diversificadas a fim de desenvolver os conteúdos para alcançar os objetivos do curso e, conseqüentemente, dos componentes curriculares que o constituem.

Os estudantes serão informados pelos docentes, ao início de cada semestre, acerca das estratégias de ensino e metodológicas e critérios de avaliação, conforme o Plano de Ensino elaborado para os componentes curriculares e poderão variar de acordo com as necessidades de aprendizagem dos discentes.

No percurso do curso, o estudante deverá exercer o papel de protagonista em seu processo de aprendizagem e as estratégias metodológicas deverão ser sustentadas em princípios que contribuam para o desenvolvimento da autonomia de cada estudante.

Práticas envolvendo a interdisciplinaridade serão utilizadas ao longo do curso possibilitando o diálogo entre os seus diferentes componentes curriculares, a associação entre conhecimentos de áreas distintas e a superação da fragmentação dos saberes.

As diversas situações de aprendizagem poderão exigir estratégias metodológicas diversificadas e o coletivo docente considerará opções de procedimentos que poderão ser utilizados no processo, tais como: aulas presenciais dialogadas/dialógicas/expositivas, debates, ensino e realização de pesquisas, oficinas, seminários, práticas extensionistas e empreendedoras, palestras, trabalhos em grupo, aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, simpósios, utilização de laboratórios, softwares, aulas em ambiente virtual de aprendizagem, entre outras estratégias para desenvolvimento do conhecimento.

A flexibilização e adequação curricular são possibilidades para garantir que todos os estudantes participem ativamente do processo educacional do curso como um todo. Tornar o curso acessível para todos os alunos, buscando identificar as diferentes maneiras de aprender, considerando as diversidades, as formas de registro de aprendizagem distintas e as múltiplas inteligências contidas na sala de aula faz parte do processo educativo e das possibilidades da construção do conhecimento para todos os sujeitos envolvidos no movimento das ações educativas.

Conhecer as potencialidades e fragilidades dos estudantes faz parte do processo de ensino e de aprendizagem. Com a promoção da acessibilidade pedagógica para todos, com a elaboração e a utilização de atividades com o uso de recursos próprios para estudantes com deficiência (ampliação de textos, utilização de linguagem de sinais, ambientes e equipamentos com acessibilidade, etc.) os impedimentos para a construção dos saberes são evitados ou minimizados para todos os estudantes.

Por meio da equipe multidisciplinar do campus e do Núcleo de Atendimento para as Pessoas com Necessidades Educacionais – NAPNE, ações para garantia da inclusão e da acessibilidade de todos nos diversos âmbitos da formação devem ser constantes para oportunizar total acesso aos conhecimentos desenvolvidos no curso, conforme a Lei nº 13.146/2015.

Torna-se papel do professor buscar e desenvolver estratégias para que todos aprendam. A compreensão da diversidade humana requer a compreensão das diferentes formas de aprendizagem. É necessário, portanto, proporcionar possibilidades para que todos, considerando no processo as características de cada sujeito, possam ser capazes de desenvolver seu potencial e construir seu conhecimento.

6.2.1. Estratégias Pedagógicas para disciplinas EaD parciais ou integrais

Não haverá oferta de disciplinas EaD no Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio.

6.3. Estrutura Curricular

O curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio terá uma carga horária de 1.200 horas (mil e duzentas horas), distribuídas no decorrer de 2 anos letivos (4 semestres). O semestre letivo será de 100 dias, conforme determinado na Lei 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN 2018).

Os componentes curriculares do curso são constituídos, para organização da Matriz Curricular, considerando a Lei 9394/96, a Resolução CNE/CP nº1/2021, a Resolução CNE/CEB nº 3/2018 e outras normativas relacionadas.

A estrutura curricular é organizada com os componentes curriculares da Formação Profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 3/2018

De acordo com o artigo 3º, § 2º “os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio são organizados por eixos tecnológicos, possibilitando itinerários formativos flexíveis, diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, observadas as normas do respectivo sistema de ensino para a modalidade de Educação Profissional Técnica de Nível Médio.”

Considerando ainda a indicação do art. 5º das Diretrizes, que os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio objetiva oportunizar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais fundamentais para atuação profissional e cidadã, o curso Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio propõe o currículo fundamentado em parâmetros científicos, tecnológicos, socio-históricos e culturais.

Considerando o trabalho como princípio educativo, o curso deverá ser desenvolvido com uma combinação entre ensino-aprendizagem e trabalho. Neste viés, o mercado de trabalho não será desconsiderado, mas a prioridade do ensino será a formação humana para atuar no mundo do trabalho. Trata-se da configuração formadora do trabalho e da educação como práticas humanizadoras através do desenvolvimento das capacidades de cada educando.

6.3.1. Composição curricular

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio reúnem princípios e critérios a serem considerados pelos Sistemas de Ensino e pelas Instituições de Ensino Públicas e Privadas, na organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação da educação profissional técnica de nível médio e seus respectivos itinerários formativos.

Neste projeto, estão presentes os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, respeitando suas respectivas regulamentações legislativas.

No planejamento do curso Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio, os critérios e as formas de organização consideram os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização, da integração entre teoria e prática e a associação entre diferentes componentes curriculares, conforme indicação da Resolução CNE/CP nº 01/2021.

A instituição de ensino deve se manter aberta para acolher e incluir em seus currículos e em seus espaços a heterogeneidade, a pluralidade, a diversidade.

A integração entre os componentes curriculares do curso ocorrerá entre as áreas e estará especificada no campo “Área de Integração” no Ementário das Disciplinas, que é parte constante deste projeto, além da exigência de previsão nos Planos de Ensino.

O fazer dos docentes deve superar as práticas fragmentadas, ações que muitas vezes contribuem para a perda do sentido da aprendizagem para o estudante. Daí a importância da integração de conteúdos diversos, conforme demonstrado na matriz do curso, conforme as disciplinas de Produção Vegetal, e Infraestrutura, por exemplo.

6.3.2. Matriz Curricular

A matriz curricular do curso está organizada por disciplinas em regime modular (semestral) com carga horária mínima obrigatória de 1.200 horas, composto por 4 (quatro) semestres de 300 horas cada, não existindo pré-requisitos de componentes curriculares para matrículas em disciplinas em quaisquer módulos. Há, ainda, 100 horas destinadas à prática de estágio profissional não obrigatório, perfazendo um total de 1.300 horas. As disciplinas que compõem a matriz curricular deverão estar articuladas entre si, fundamentadas nos conceitos de interdisciplinaridade e contextualização, estando assim organizada:

6.3. Ementário das disciplinas

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Infraestrutura I	
Período Letivo: 1º semestre	Carga horária total: 66,67 horas
Objetivos do componente curricular Oferecer condições tecnológicas para o estudante compreender os conceitos das principais operações mecanizadas, bem como proporcionar conhecimentos pertinentes às técnicas de plantio direto e convencional, sistemas de funcionamento dos tratores e equipamentos agrícolas dos mais diversos, relação das máquinas agrícolas e o solo, manutenção de tratores, agricultura de precisão e elaboração de projetos visando o dimensionamento de máquinas e implementos agrícolas nas propriedades rurais.	
Ementa Mecanização Agrícola - Abrigo de máquinas e oficina rural; Tração animal como fonte de potência; Tratores e suas relações com as propriedades mecânicas do solo; Introdução à mecanização; Motores de combustão interna; Tratores agrícolas; Normas de segurança e ergonomia em tratores agrícolas; Manutenções dos tratores e implementos agrícolas; Manejo dos tratores agrícolas; Implementos e métodos de preparo do solo; Estudo orgânico e operacional de máquinas e implementos agrícolas; Tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas; Tecnologia de semeadura, plantio e transplântio; Colheita de grãos e beneficiamento; Agricultura de precisão; Tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas; Planejamento e custos em sistemas mecanizados; Projeto de mecanização agrícola.	
Ênfase Tecnológica Técnicas relacionadas à mecanização de áreas agrícolas que forneça base fundamental na estruturação de projetos agropecuários, balizando os empreendimentos no melhor preparo e uso do solo, no conhecimento pleno do relevo e área superficial e na utilização de instalações mais adequadas às condições regionais e do produtor.	
Área de Integração Infraestrutura I – instalações zootécnicas x ambiência	
Pré ou co-requisitos: Não há.	
Carga horária à distância/ Carga horária presencial: A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.	

Referências

Bibliografia Básica:

BALASTREIRE, L.A. Máquinas agrícolas. São Paulo. Manole. 1987. ISBN: 8590062716

MIALHE, L.G. **Máquinas motoras na agricultura**. São Paulo. USP. 1980.

MORAES, M.L.B. & REIS, A.V. **Máquina para colheita e processamento dos grãos**. Pelotas UFPel 1999. ISBN: 8588686031

MACHADO, A.L.T. & REIS, A.V. **Máquinas para o preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais** Pelotas UFPel 1996.

Bibliografia Complementar:

Motores, tratores, combustíveis e lubrificantes Pelotas UFPel 1999. ISBN: 8571922667

ORTIZ CAÑAVATE, J. & HERNANZ, J.L. **Tecnia de la mecanizacion agraria**. Madrid. Madrid-Prensa. 1989.

ISBN: 8471142155

SILVEIRA, G.M. Máquinas e equipamentos agrícolas. Editora Saraiva. 2013. 120p. **ISBN: 8536506431**

Curso: Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio

Componente Curricular: Produção Animal I

Período Letivo: 1º semestre

Carga horária total: 133,33 horas

Objetivos do componente curricular:

Formar o educando com capacidade técnica para atuar na área de Avicultura de Corte, Avicultura de Postura, Meliponicultura, Apicultura, Cunicultura, Coturnicultura e outras criações zootécnicas de pequeno porte, oportunizando a vivência com as práticas de manejo realizadas segundo as recomendações técnicas, com vistas a adquirir as competências e habilidades exigidas na formação profissional utilizando tecnologias e procedimentos para atender o mercado nas diversas escalas de produção e comercialização.

Ementa

<p>Avicultura de Corte; Avicultura de Postura; Galinhas Semi-confinadas; Meliponicultura; Apicultura; Cunicultura e Coturnicultura.</p>
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Agroecologia: uso indiscriminado de produtos tóxicos (agrotóxicos) em culturas cultivadas, e herbicidas para o controle de plantas invasoras nas áreas de cultivo causando a intoxicação e morte das abelhas nativas (MELIPONICULTURA) e exóticas (APICULTURA);</p>
<p>Área de Integração</p> <p>A disciplina de Agroecologia pode ser associada ao entendimento quanto ao uso indiscriminado de produtos tóxicos (agrotóxicos) em culturas cultivadas, e herbicidas para o controle de plantas invasoras nas áreas de cultivo causando a intoxicação e morte das abelhas nativas (MELIPONICULTURA) e exóticas (APICULTURA);</p> <p>Águas residuárias e seu tratamento adequado: Por ocasião do abate de frangos nos abatedouros, temos como consequência a poluição da água com sangue e outros agentes poluidores oriundos das limpezas das carcaças de frangos, que ao serem devolvidas para os rios, diminuem a taxa de oxigenação da água, desencadeando a morte de peixes e outros seres vivos. Existe uma necessidade do tratamento destas águas residuárias, a fim de aumentar a taxa de oxigenação destas águas antes de seu retorno aos rios questão ambiental e a disciplina de Biologia ajuda nesta compreensão, existe ainda o manejo de dejetos de aves de postura, que reduz o impacto ambiental. O esterco deverá ser transformado em compostagem, recebendo seu tratamento adequado para que não ocorra à contaminação do lençol freático de água no subterrâneo, o que se traduz em questão ambiental, tema que transversal que perpassa o conteúdo da maioria das disciplinas do curso.</p>
<p>Pré ou co-requisitos</p> <p>Não há</p>
<p>Carga horária à distância/ Carga horária presencial:</p> <p>A carga horária total do curso será desenvolvida de forma presencial.</p>
<p>Referências</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>ENGLERT, Sérgio Inácio. Avicultura: tudo sobre raças, manejo, alimentação e sanidade. 6ª ed. Guaíba: Agropecuária, 1991. 288p. ISBN 8585347201</p> <p>MALAVASI, Gilberto. Avicultura: manual prático. São Paulo: Nobel, 1999. 156 p. ISBN 9788521301158</p>

Wiese, H. Apicultura Novos Tempos. 2ª ed. RS. Agrolivros, 2005 ISBN 10.8598934011

Martinho, M. R. A Criação de Abelhas. 2ª ed. SP, Globo, 1988. ISBN 10.8525004782

Nogueira-Neto, P. Vida e Criação de Abelhas Indígenas Sem Ferrão. 1ª ed. São Paulo, Nogueirapis, 1997. 446 p. ISBN 10.8586525014

Villas-Bôas, Jerônimo. Mel de Abelhas Sem Ferrão. 1ª ed. ISPN, DF, 2012. ISBN não achei

VIEIRA, Márcio Infante. Produção de Coelhos: caseira, comercial, industrial. 2ª ed. São Paulo, Nobel, 1975. 361 p. ISBN 8589988171

FABICHAK, Irineu. Coelho: Criação Caseira. 5ª ed. São Paulo: Nobel, 1982. 89 p. ISBN 10.8521312830

Bibliografia Complementar:

MCKNIGHT, A. Apicultura. Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, Campinas, 1992. 199 p.

Carvalho, Kerr e Nascimento. Abelha Uruçú – Biologia, Manejo e Conservação. 1ª ed. MG, Fundação Acangau, 1996.

Godói, R. Criação Racional de Abelhas Jataí. 2ª ed. São Paulo, Ícone, 1989. ISBN 8527400863

VIEIRA, Márcio Infante. Doença de Coelhos: Manual Prático. 2ª ed. São Paulo, Nobel. 241 p.

Produção de Ovos e Carne. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. 268 p.

Curso: Curso Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Produção Vegetal I	
Período Letivo: 1º semestre	Carga horária total: 100 horas
Objetivos do componente curricular	
Oportunizar aos alunos do curso Técnico em Agropecuária o acompanhamento do processo de produção das culturas classificadas como olerícolas de importância regional, mediante a apropriação de conceitos do âmbito da pedologia, bem como a vivência com as práticas de manejo realizadas segundo as recomendações técnicas, com vistas a adquirir as competências e habilidades exigidas na formação profissional com foco na sustentabilidade ambiental.	
Ementa	
Fatores e processos de formação do solo; composição e perfil do solo; Propriedades do solo:	

físicas, químicas e biológicas. Aspectos nutricionais ligados à produção de hortaliças; Introdução à Olericultura; Classificação botânica das Hortaliças; Importância dos fatores agroclimáticos na olericultura; Propagação e implantação das olerícolas; manejo integrado de doenças e manejo integrado de artrópodes-praga; Manejo da irrigação na olericultura; Comercialização das olerícolas; Planejamento da produção de olerícolas; Tratos culturais das hortaliças; Cultivo de olerícolas em ambiente protegido; cultivo hidropônico de olerícolas; Valor nutricional das hortaliças; Estudo das Hortaliças não convencionais.

Ênfase Tecnológica

Planejamento e execução do processo de implantação, condução, adubação, controle fitossanitário e de plantas invasoras, colheita, embalagem e comercialização das hortaliças de maior importância econômica do estado do Espírito Santo.

Área de Integração

Agroecologia: manejo integrado de doenças e manejo integrado de artrópodes-praga.
Produção Vegetal II: noções gerais de pedologia.

Pré ou co-requisitos:

Não há.

Carga horária à distância/ Carga horária presencial:

A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.

Referências

Bibliografia básica:

FILGUEIRA, F. A. R. **Novo Manual de Olericultura**: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 2. ed. rev. ampl. Viçosa: UFV, 2008. 421 p. ISBN 8572693130
FONTES, P.C.R. **Olericultura: teoria e prática**. 2ed. Viçosa: UFV, 2019. ISBN 9788581791500
PUIATTI, M. **Olericultura**: A arte de cultivar hortaliças. 1 ed. UFV/CEAD. 2019.

Bibliografia complementar:

KIEHL, E. J. **Manual de edafologia**: relações solo-planta. São Paulo: Ceres, 1979. 262 p. ISBN 9990002201240
Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. **Tomate**. 1ªed. Vitória/ES:DCM/Incaper, 2010. ISBN 978858972413.

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Infraestrutura II	
Período Letivo: 2º semestre	Carga horária total: 100 horas
Objetivos do componente curricular	
<p>Capacitar os alunos no manuseio de instrumentos e emprego de técnicas de desenho e de levantamentos topográficos, determinar área, pontos geográficos, dominar a execução e uso dos levantamentos planimétricos, altimétricos, planialtimétricos e dominar os fundamentos básicos do levantamento topográfico por geoprocessamento em áreas de exploração agropecuária. Reconhecer o sensoriamento remoto e sistema de informações geográficas como ferramenta nos estudos de cartografia e topografia agropecuária. Identificar e manusear os principais materiais de construção; Determinar a adequação e uso de estruturas e instalações para a produção agropecuária.</p>	
Ementa	
<p>Topografia - Divisões da topografia. Erros em topografia. Erros de medição. Unidades de medida. Desenho técnico. Escala e cotagem. Croqui e planta topográfica. Orientação por azimute e rumos. Levantamento planimétrico. Levantamento altimétrico. Levantamento Planialtimétrico. Conceito, evolução e princípios do geoprocessamento. Funcionamento, manipulação e processamento com receptores GPS. Manipulação e análise de dados georreferenciados. Sensoriamento Remoto. Sistema de informações geográficas (SIG). Instalações Rurais - Materiais de Construção e sua utilização. Estudo da Argamassa e Concreto. Dimensionamento e cálculos de materiais. Estudo da Alvenaria e Telhado: dimensionamento e cálculos de materiais. Estudo das Instalações hidrossanitárias e elétricas: tipos de materiais. cálculos de materiais. Elementos e parâmetros aplicados em ambiência na arquitetura rural. Instalações para criação, armazenamento, produção de mudas, cultivo protegido e abrigo de máquinas agrícolas. Eletrificação rural. Estradas e cercas. Estudo da composição do Projeto Técnico: plantas arquitetônicas, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.</p>	
Ênfase Tecnológica	
<p>Técnicas relacionadas à topografia e às construções rurais que forneçam base fundamental na estruturação de projetos agropecuários, balizando os empreendimentos no melhor</p>	

preparo e uso do solo, no conhecimento pleno do relevo e área superficial e na utilização de instalações mais adequadas às condições regionais e do produtor.

Área de Integração

Infraestrutura I – instalações zootécnicas x ambiência

Pré ou co-requisitos: Não há.

Carga horária à distância/ Carga horária presencial:

A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.

Referências

Bibliografia Básica:

COMASTRI, J. A.; GRIPP JUNIOR, J. **Topografia aplicada: medição, divisão e demarcação**.1ª, Viçosa UFV 1990. ISBN: 8572690360

COMASTRI, J. A.; TULER, J. C. **Topografia: altimetria**. 3. ed. Viçosa, MG: UFV, 1999. 200 p. ISBN (broch.).

ISBN: 9788572690355

LIU, William Tse Horng. **Aplicações de sensoriamento remoto**. 1ª Campo Grande UNIDERP 2007. ISBN: 8577046400

FABICHAK, I. **Pequenas Construções Rurais**. 1ª. São Paulo. Nobel. 2000. ISBN:8521301448

PEREIRA, M. F. **Construções Rurais**. 1ª. São Paulo. Nobel. 2004. ISBN: 8521315384

FARRET, F.A. **Aproveitamento de pequenas fontes de energia elétrica**. Santa Maria. UFSM . 1999

ISBN: 108573912057

Bibliografia Complementar:

GARCIA, G. J.; PIEDADE, G. C. R. **Topografia aplicada às ciências agrárias**. 5ª . São Paulo. Nobel. 1984.

ISBN: 108521301332

BAÊTA, F. C.; SOUZA, C. F. **Ambiência em Edificações Rurais**. 1ª .Viçosa, MG. UFV. 2010. ISBN: 9788572693936

FABICHAK, I. **Pequenas Construções Rurais**. Ed. 1. São Paulo: Nobel. 1983. ISBN: 9788521301448

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Produção Vegetal II	
Período Letivo: 2ª semestre	Carga horária total: 100 horas
Objetivos do componente curricular	
Possibilitar aos alunos conhecimentos gerais sobre as culturas de ciclo anual de interesse econômico regional e aspectos técnicos sobre a implantação e o manejo produtivo das lavouras, assim como de fertilidade dos solos e nutrição de plantas.	
Ementa:	
Introdução (origem e importância histórica das culturas e cenário produtivo mundial das principais culturas de ciclo anual); classificação botânica e descrição morfológica das plantas; espécies e variedades cultivadas; clima relacionado ao cultivo das culturas de ciclo anual; solo e seu manejo relacionados ao cultivo das culturas de ciclo anual; ciclo fenológico das culturas; aspectos nutricionais das lavouras; processo de plantio e/ou semeadura, processos de colheita, beneficiamento e armazenamento. Culturas envolvidas: Cana-de-Açúcar; Mandioca; Milho; Girassol; Sorgo; Algodão; Arroz; Feijão; Soja. Nutrientes de plantas e sua dinâmica no solo (mobilidade, retenção e troca iônica); avaliação da fertilidade do solo (diagnose visual, análise de solo, diagnose foliar, interpretação de resultados de análise e cálculos de correção de acidez do solo e de nutrição das plantas).	
Ênfase Tecnológica	
Principais fatores que envolvem a fertilidade dos solos e nutrição de plantas, assim como aspectos gerais e técnicos das principais culturas de ciclo anual de interesse econômico nacional e regional, no que se refere à implantação e o manejo produtivo.	
Área de Integração	
Produção Vegetal I: noções gerais de pedologia.	
Pré ou co-requisitos	
Não há.	
Carga horária à distância/ Carga horária presencial:	
A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.	
Referência	
Bibliografia básica:	
BARBOSA, F.R.; GONZAGA, A. C. de OLIVEIRA. Informações técnicas para o cultivo do	

feijoeiro-comum na região Central-Brasileira. Documentos. 1. ed. santo Antônio de Goiás Embrapa Arroz e Feijão, 2012. ISBN 1678-9644

GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. **Tecnologia de produção do milho.** Viçosa, UFV, 2004. ISBN 85-7269-176-6

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. **Produtor de cana-de-açúcar.** Cadernos tecnológicos. 2. ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2004. ISBN 85-7529-275-7

MATTOS, P. L. P. de.; FARIAS, A. R. N.; FILHO, J. R. F. **Mandioca: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** Coleção 500 perguntas, 500 respostas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. ISBN 85-7383-368-8

PREZOTTI, L. C; GOMES, J. A.; DADALTO, G. G.; OLIVEIRA, J. A. de. Manual de recomendação de calagem e adubação para o Estado do Espírito Santo. 5ª aproximação. Vitória, ES: SEEA/INCAPER/CEDAGRO, 2007. ISBN 85-86254-03-7

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, C. O. de. et al. **Memórias famosas: a trajetória de uma variedade de mandioca da seleção à avaliação de impactos.** 1. ed. Cruz das Almas: Embrapa mandioca e fruticultura Tropical, 2010. ISBN 978-85-7158-021-3

BELTRÃO, N. E. de M.; AZEVEDO, D. M. P. de. **O agronegócio do algodão no Brasil.** 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. ISBN 978-85-7383-424-6 (v.1); ISBN 978-85-7383-425-3 (v.2)

BELTRÃO, N. E. de M.; ARAÚJO, A. E. **Algodão: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** Coleção 500 perguntas, 500 respostas. 1.ed. Brasília, DF: Embrapa Informação tecnológica. 2004. ISBN 85-7383-278-9

BROSEGHELLO, F.; STONE, L. F. **Tecnologia para arroz de terras altas.** Santo Antônio de Goiás. Embrapa Arroz e Feijão, 1998. ISBN 85-7437-004-5

BÜLL, L. T.; CANTARELLA, H. Cultura do milho: fatores que afetam a produtividade. Piracicaba, SP: Potafos, 1993.

CARDOSO, M. J.; SOBRINHO, C. A. O milho no Meio-Norte do Brasil: estratégias básicas do manejo. 1.ed. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2007. ISBN 978-85-88388-13-0

CRUZ, J. C. et al. A cultura do milho. 1. ed. Sete Lagoas: Embrapa milho e sorgo, 2008.

FARIAS, A. R. N. et al. Aspectos socioeconômicos e agronômicos da mandioca. 1. ed. Cruz

das Almas: Embrapa Mandioca e Fruticultura Tropical, 2006. ISBN 85-7158-013-8

FERNANDES, M. S. Nutrição mineral de plantas. Viçosa, MG: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, 2006. ISBN 85-86504-02-5

FERREIRA, C. M.; SOUSA, I. S. F. de.; VILLAR, P. M. del. Desenvolvimento tecnológico e dinâmica de produção de arroz de terras altas no Brasil. 1. ed. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2005. ISBN 85-7437-024-X

FERREIRA, C. M. et al. Qualidade do arroz no Brasil. 1. ed. Santo Antônio de Goiás. Embrapa Arroz e Feijão, 2005. ISBN 85-7437-025-8

FREIRE, E. C. Algodão no cerrado do Brasil. Brasília: Associação Brasileira dos Produtores de Algodão. 1. ed, 2007.

FILHO, I. A. P. O cultivo do milho-verde. Coleção plantar, 59. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. ISBN 978-85-7383-017-0

FILHO, I. A. P.; KARAM, D. A cultura do minimilho. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. ISBN 978-85-7383-446-8

FILHO, I. A. P. O cultivo do milho-verde. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. ISBN 85-7383-204-5

GOMES, A. da. S.; MAGALHÃES JUNIOR, A. M. de. Arroz irrigado no Sul do Brasil. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. ISBN 85-7383-239-8

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de algodão. Cadernos tecnológicos. 2. ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2004. ISBN 85-7529-276-5

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de feijão. Cadernos tecnológicos. 2. ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2004. ISBN 85-7529-267-6

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de milho. Cadernos tecnológicos. 2. ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2004. ISBN 85-7529-280-3

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de mandioca. Cadernos tecnológicos. 2. ed. rev. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2004. ISBN 857529-262-5

KLUTHCOUSKI, J.; STONE, L. F.; AIDAR, H. Fundamentos para uma agricultura sustentável, com ênfase na cultura do feijoeiro. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2009.

ISBN 9788574370330

MALAVOLTA, E.; GOMES, F. P.; ALCARDE, J. C. Adubos e adubações. São Paulo: Nobel, 2002
ISBN 978-85-213-0403-6

MOREIRA, J. A. A.; STONE, L. F.; BIAVA, M. Feijão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Coleção 500 perguntas 500 respostas. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. ISBN 8573832037

NEVES, M. F.; PINTO, M. J. A. A cadeia do Algodão Brasileiro: Desafios e Estratégias. 2. ed. Brasília, DF: Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, 2013.

NEVES, M. F.; PINTO, M. J. A. Estratégias para o algodão no Brasil. São Paulo: Atlas, 2012.
ISBN 978-224-7240-6

RIBEIRO, A. C.; GUIMARÃES, P. T. C.; ALVAREZ, V. H. Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais. 5ª aproximação. Viçosa, MG: Comissão de Fertilidade do Solo do Estado de Minas Gerais, 1999.

SANTOS, E. S. dos.; MATIAS, E. C.; BARBOSA, J. P. Mandioca: cultivo agroecológico e uso na alimentação humana e animal. 1. ed. João Pessoal: EMBRAPA-PB, 2011. ISBN 9788565808019

SANTOS, F.; BORÉM, A. Cana-de-açúcar: bioenergia, açúcar e etanol: tecnologias e perspectivas. 2. ed. rev. e ampl. Viçosa, MG: Os Editores, 2011. ISBN 9788560249398

SANTOS, A. B. dos. Cultivo da soca de arroz irrigado. 1. ed. Santo Antônio de Goiás. Embrapa Arroz e feijão, 2004. ISBN 85-7437-023-1

STONE, L. F. et al. Arroz: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Coleção 500 perguntas 500 respostas. Embrapa Arroz e Feijão. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica. 2001. ISBN 978-85-7035-199-9

SILVA, J. C. P. M. da.; VELOSO, C. M. Mandioca na alimentação do bovino de leite. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. ISBN 9788562032308

VIEIRA, C.; JÚNIOR, T. J. de Paula; BORÉM, A. Feijão. 2.ed. Atual. Viçosa: Ed. UFV, 2006. ISBN 978-85-7269-205-2

VIEIRA, E. H. N.; RAVA, C. A. Sementes de feijão: produção e tecnologia. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2000. ISBN 85-7437-008-8

VIEIRA, C.; JÚNIOR, T. J. de Paula; BORÉM, A. Feijão: aspectos gerais e cultura no Estado de Minas. Viçosa: UFV, 1998. ISBN 85-7269-032-8

VIEIRA, E. H. N.; RAVA, C. A. Sementes de feijão: produção e tecnologia. Santo Antônio de

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Agroecologia	
Período Letivo: 2º semestre	Carga horária total: 33,33 horas
Objetivos do componente curricular Apresentar princípios e práticas da Agroecologia como um contraponto e alternativa ao modelo convencional de produção agroalimentar, na busca pelo desenvolvimento sustentável.	
Ementa Conceitos básicos em agroecologia; Dicotomia conceitual entre agroecologia e agronegócio; Cronologia histórica dos sistemas de produção agrícola; Revolução Verde; Impactos socioambientais das principais práticas do modelo convencional de produção agropecuária; Influência da agricultura convencional sobre a pegada ecológica e o dia da sobrecarga da terra; A natureza como modelo de produção mais sustentável; Práticas fundamentais para a produção agroalimentar em regiões tropicais; Teoria da trofobiose; Princípios da sustentabilidade agroecológica; Modelos alternativos de produção agroalimentar; Práticas ecológicas de produção agrícola (compostagem, vermicompostagem, biofertilizante, adubação verde, rochagem; E.M., Caldas e extratos vegetais; armadilhas etc.); Controle biológico; Terapias alternativas para uso na criação animal agroecológica (fitoterapia e homeopatia); Transição agroecológica e Multidimensões da sustentabilidade.	
Ênfase Tecnológica Impactos ambientais, econômicos, sociais e culturais no modelo convencional de produção agroalimentar e desenvolvimento de habilidades para propor alternativas mais sustentáveis em conformidade com os princípios defendidos pela agroecologia.	
Área de Integração Produção Vegetal I: manejo integrado de doenças e manejo integrado de artrópodes-praga.	
Pré ou co-requisitos: Não há	

Carga horária à distância/ Carga horária presencial:

A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.

Referências

Bibliografia Básica:

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 654 p. ISBN: 9788538600381

ALTIERI, M. A. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 120 p. ISBN: 9788538600176

AMARAL, A. A. **Fundamentos de Agroecologia**. Curitiba: Livro Técnico, 2012. 160p. ISBN: 9788563687272.

AQUINO, A.M.; ASSIS, R.L. **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: EMBRAPA, 2012. 517 p. ISBN: 9788570350121

Bibliografia Complementar:

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24 p. ISBN: Não possui

Link (Catálogo virtual):
<https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Agroecologia-Conceitoseprincípios.pdf>

CHABOUSSOU, F. **Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos**. Novas bases de uma prevenção contra doenças e parasitas: a Teoria da Trofobiose. Trad. GUAZZELLI, J. M. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006. 323p. ISBN: 8587394878

ANGELETTI, M. P. et al. **Espécies vegetais para cobertura do solo**: guia ilustrado. Vitória, ES: INCAPER, 2018. 76 p. ISSN: 15160528

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo**: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1999. 549p. ISBN: 852130004

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Gestão Agropecuária I	
Período Letivo: 2º semestre	Carga horária total: 66,67 horas
Objetivos do componente curricular:	
<ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar aos educandos conhecimentos para que eles possam conhecer a importância da comunicação e da extensão rural como mecanismos facilitadores da gestão agropecuária, reconhecer os serviços de extensão como imprescindíveis aos agricultores, especialmente os de bases familiares e, também como instrumentos fundamentais para o acesso às políticas públicas necessárias ao desenvolvimento rural brasileiro; - Escolher de forma adequada o canal de comercialização para os produtos agropecuários e analisar os segmentos de mercado no setor agropecuário; - Distinguir e compreender as áreas empresariais: Comercialização e Marketing; - Despertar o espírito empreendedor para o desenvolvimento de atividades na agropecuária; - Compreender a importância e as diferenças existentes nas formas de organizações sociais no meio rural. 	
Ementa: As transformações históricas do cenário rural brasileiro; o processo de modernização da agricultura; O novo rural brasileiro; A pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura; A extensão rural e o processo histórico; a extensão e o desenvolvimento rural sustentável; a extensão e a organização rural; o modo de produção familiar; metodologias: métodos, meios e recursos audiovisuais baseados em perspectivas da comunicação rural; a comunicação rural e seus antecedentes históricos; a comunicação e seus enfoques teóricos: o modelo de comunicação difusionista e dialógico; o processo de comunicação humana difusionista e dialógico; o processo de difusão e transferência de tecnologias; formação de lideranças formais e informais no meio rural; instrumentos de políticas públicas rurais; novos desafios da extensão rural no Brasil. Histórico do pensamento econômico e da Administração, Comercialização e Marketing, Empreendedorismo, Cooperativismo e Associativismo.	
Ênfase Tecnológica:	
Agricultura, Extensão e comunicação Rural; Agricultura Familiar; Políticas Públicas para o meio Rural. Compreensão da importância das organizações sociais no meio rural e estímulo ao empreendedorismo rural.	
Área de Integração:	
Infraestrutura: Instalações rurais	

Agroecologia: impactos socioambientais	
Pré ou co-requisitos: Não há	
Carga horária à distância/ Carga horária presencial: A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.	
Referências	
Bibliografia básica:	
GRAZIANO, X.; GAZZONI, D. L.; PEDROSO, M. T. Agricultura fatos e mitos: Fundamentos para um debate racional sobre o agro brasileiro. São Paulo: Baraúna, 2020. 282 p. ISBN106587278345	
BROSE, M. Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: RS. Tomo editorial. 2ª ed. 2010. ISBN-10, 9788586225666	
CARNEIRO, M. J. Multifuncionalidade da Agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: Moreira R, J. & Costa, L.F. de C. Mundo Rural e cultura, Rio de Janeiro: Mauad, 2002. P.223 -240.	
Bibliografia Complementar	
CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da; O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional. Campinas: Embrapa/Unicamp, 2000. ISBN- 10, 858621521	
DAL SOGLIO, R.; KUBO, R. R. Agricultura e sustentabilidade (ORGs). Porto Alegre: Editora da UFRGS. SEAD/UFRGS, 2009. 150 p	
MAXIMIANO, A. C. A. Administração de Projetos como Transformar ideias em Resultados. 4ª. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. ISBN-10. 8522487596	
SILVA, C. R. L.; SINCLAYR, L. Economia e Mercados: Introdução à Economia. 19ª ed. Saraiva São Paulo. 2010. ISBN-10 854722771.	

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Infraestrutura III	
Período Letivo: 3º semestre	Carga horária total: 66,67h

<p>Objetivos do componente curricular</p> <p>Proporcionar conhecimentos básicos e práticos que possibilitem ao educando dimensionar, avaliar e manejar os sistemas de irrigação e drenagem de forma racional e econômica, sem causar danos ambientais, no desempenho de suas funções profissionais.</p>
<p>Ementa</p> <p>Água no Solo. Relação solo-água-planta-atmosfera, evapotranspiração, dimensionamento agrônomo. Condução e medição da água para irrigação. Equipamentos de pressurização e elevação de água. Irrigação por Aspersão. Irrigação Localizada. Irrigação por Superfície. Manejo de irrigação. Drenagem.</p>
<p>Ênfase Tecnológica</p> <p>Compreensão das técnicas e instrumentos relacionados à área de irrigação, com vistas a proporcionar aumento da eficiência da irrigação, reduzir custos, economizar água e melhorar a produtividade agrícola.</p>
<p>Área de Integração: Produção Vegetal I - Solos</p>
<p>Pré ou co-requisitos</p> <p>Não há</p>
<p>Carga horária à distância/ Carga horária presencial</p> <p>A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.</p>
<p>Referências</p> <p>Bibliografia Básica:</p> <p>MANTOVANI, E.C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L.F. Irrigação: princípios e métodos. 3ª ed. Viçosa: UFV. 2009. ISBN: 9788572693738</p> <p>Link (catálogo virtual): livros físicos na biblioteca</p> <p>VICENTE, L. C.; RUSIN; C. R. O. Hidráulica, Irrigação e Drenagem. Minha Biblioteca: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902548.</p> <p>Link (catálogo virtual): https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902548/.</p> <p>Acesso em: 18 mai. 2023.</p> <p>BERNARDO, S.; SOARES, A.A.; MANTOVANI, E.C. Manual de irrigação, 8ª ed. Viçosa: UFV. 2008. ISBN 8572692428.</p> <p>Bibliografia Complementar:</p> <p>ALVARENGA, Alexandre A.; MORAES, Mário Emmanuel de O.; AZEVEDO, Luciana Luiza C.</p> <p>Agrometeorologia - Princípios, Funcionalidades e Instrumentos de Medição. São Paulo:</p>

Editora Érica, 2015. 120 p. *E-book*. ISBN 9788536521480.

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521480>

REICHARDT, Klaus.; TIMM, Luís Carlos. **Solo, Planta e Atmosfera: Conceitos, Processos e Aplicações**. 3 ed. São Paulo: Editora Manole, 2016. *E-book*. ISBN 9788520451038.

Link (catálogo virtual): <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520451038>

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio

Componente Curricular: Produção Animal II

Período Letivo: 3º semestre

Carga horária total: 100 horas

Objetivos do componente curricular

Conhecer o panorama nacional e mundial da Suinocultura, Caprinocultura e Ovinocultura; Proporcionar conhecimento dos principais caracteres étnicos, responsáveis pelo processo de adaptação e produção das principais raças nos trópicos; Identificar os diferentes sistemas de criação; Caracterizar as principais raças dos suínos, caprinos e ovinos - Compreender a importância da ambiência e bem estar animal na criação; Compreender as vantagens e limitações da inseminação artificial; Conhecer os nutrientes dos alimentos e suas respectivas funções no organismo animal; Ter conhecimento das exigências com relação ao manejo reprodutivo, sanitário e nutricional; Determinar o potencial produtivo de cada raça e o seu papel na atividade pecuária, assim como da sua viabilidade econômica.

Ementa

Suínos – Panorama da Suinocultura; Histórico e Evolução do Suíno; Exterior do Suíno; Sistemas de Criação; Manejo Geral (lactação, gestação, cria, recria, terminação e reprodutores); Principais Raças; Ambiência e Doenças mais comuns. Caprinos e Ovinos – Panorama Mundial; Histórico e Evolução; Sistemas de Criação; Manejo Geral (reprodutivo, nutricional e sanitário) em cada fase de criação; Principais Raças Nacionais e Estrangeiras; Ambiência e instalações; Doenças mais comuns.

Ênfase Tecnológica

- Manejar animais por categoria e finalidade (criação, reprodução, alimentação e sanidade).
- Aplicar técnicas de bem-estar animal na produção agropecuária.

- Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção animal
- Planejar, organizar e monitorar programas de nutrição e manejo alimentar em projetos zootécnicos.

Área de Integração

Infraestrutura – instalações zootécnicas x ambiência

Pré ou co-requisitos

Não há.

Carga horária à distância/ Carga horária presencial:

A carga horária total do curso será desenvolvida de forma presencial.

Referência

Bibliografia básica:

MAFESSONI, E. L. **Manual Prático para Produção de Suínos**. 1ª ed. 472p. Agrolivros 2014.

FERREIRA, R. A. **Suinocultura - Manual Prático de Criação**. 1ª ed. 433p. Viçosa- MG Aprenda Fácil 2012. ISBN 9788598934204

FERREIRA, R. A. **Maior Produção com Melhor Ambiente**. 2ª ed. 401p Viçosa- MG Aprenda Fácil 2011. ISBN 9788562032318

RIBEIRO,S.D.A. **Caprinocultura: criação racional de caprinos**. 1ª São Paulo Nobel 1997. ISBN 8521309724

SOBRINHO, A.G. **Criação de Ovinos**. SILVA 3ª ed., 302p. Jaboticabal Funep 2006. ISBN 8587632868

Bibliografia complementar:

CAVALC ANTI, S.S. **Suinocultura Dinâmica** 1ª ed. 494p. Belo Horizonte FEP-MVZ editora 1998. não tem

JARDIM, W.R. **Criação de Caprinos** 2ª ed. São Paulo Nobel 1974.

LIMA, J.A.F.; OLIVEIRA, A.I.G.; FIALHO, E.T. **Produção de Suínos**. 1ª ed.199p. Lavras UFLA/FAEPE 2004. ISBN 9788587692726

SOBESTIANSKY, J., WENTZ, I., SILVEIRA, P.R.S., SESTI, L.A.C. **Suinocultura Intensiva: produção, manejo e saúde do rebanho**. 1ª ed.388p. Concórdia Embrapa CNPSA 1998.

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Produção Vegetal III	
Período Letivo: 3º semestre	Carga horária total: 100 horas
Objetivos do componente curricular	
<p>Proporcionar aos estudantes conhecimentos básicos para identificação e aplicação de técnicas para plantio, manejo, colheita, beneficiamento e comercialização do café; Possibilitar aos estudantes conhecimentos básicos sobre as culturas de frutas diversas, sobretudo regionais, orientando na assistência de processos que envolvem a produção, comercialização e industrialização de frutas.</p>	
Ementa	
<p>Cafeicultura: Introdução, generalidades e origens da cafeicultura; histórico da cafeicultura no Brasil; principais espécies e variedades de café; produção de mudas de café; implantação do cafezal; práticas culturais da lavoura cafeeira; nutrição do cafeeiro; colheita e pós-colheita do café; comercialização da produção cafeeira.</p> <p>Fruticultura: histórico, origem e importância; botânica; clima; solo; produção de mudas; cultivares; plantio; técnicas culturais; adubação; irrigação; colheita e pós-colheita das espécies frutíferas de interesse regional.</p> <p>Proposta de ementa integrada: histórico, origem e importância econômica; botânica; clima; solo e adubação; produção de mudas; principais espécies e variedades; plantio; tratos culturais; nutrição das plantas; irrigação; colheita e pós-colheita de café e fruteiras.</p>	
Ênfase Tecnológica	
<p>A ênfase tecnológica, focada no perfil do egresso, será dada em conteúdo que envolvem o planejamento de implantação de áreas de cultivo; a produção de mudas; o preparo adequado do solo, da correção da acidez e da adubação/nutrição das plantas; os tratos culturais específicos de cada sistema de produção; o manejo da irrigação; o manejo integrado das pragas e das doenças que incidem nas diferentes culturas; a colheita, o beneficiamento, o armazenamento da produção e a comercialização dos produtos e subprodutos originados dos diferentes sistemas de produção de café e de fruteiras.</p>	
Área de Integração	

A integração de conteúdos na disciplina abrangerá a aprendizagem de conhecimentos referentes aos seus próprios temas principais: Fruticultura e Cafeicultura. Poderá também integrar-se com Infraestrutura II – Irrigação e drenagem.

Pré ou co-requisitos: Não há.

Carga horária à distância/ Carga horária presencial:

A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.

Referência

Bibliografia Básica:

XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R.L. **Silvicultura clonal - princípios e técnicas**. 1º ed. Viçosa: Editora UFV, 2009. ISBN:9786559250202

RIZZINI, C.T. **Árvores e madeiras úteis do Brasil: manual de dendrologia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Blücher, 1978. 296 p. ISBN: 852120051X

GOMES, J.M.; PAIVA, H.N. **Viveiros florestais: Propagação sexuada - série didática**. 1ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2011. ISBN: 8572694188

LORENZI, H. **ÁRVORES BRASILEIRAS: MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO E CULTIVO DE PLANTAS ARBÓREAS NATIVAS DO BRASIL**. 5. ED. NOVA ODESSA, SP: PLANTARUM, 2008. ISBN: 6587655009.

Bibliografia Complementar

PAIVA, H.N.; JACOVINE, L.A.G.; TRINDADE, C.; RIBEIRO, G.T. **Cultivo de Eucalipto: Implantação e Manejo**. 1ª ed. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2011. ISBN 9788562032264.

VALERI, S.V.; POLITANO, W.; SENÔ, K.C.A.; BARRETTO, A.L.N.M. **Manejo e recuperação florestal: legislação, uso da água e sistemas agroflorestais**. Jaboticabal: Funep, 2003. 180 p. ISBN 8587632574

PAIVA, H.N.; GOMES, J.M. **Propagação vegetativa de espécies florestais -série didática**. 1ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2011. ISBN: 9788572694179

SOARES, C.P.B. **Dendrometria e inventario florestal**. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2011. ISBN 9788572694131

LIMA, A. F. **Receituário Agrônomo: pragas e praguicidas, prescrição técnica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRRJ, 2013. 506p. ISBN: 8585720522

AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; CAMARGO, L. A. E. **Manual de Fitopatologia: Doenças das plantas cultivadas**. 5ª ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda, 2016. Volume 2. ISBN:

9788531800535

GALLO, D.; NAKANO, O.; WIENDL, F.M.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R.P.L. **Entomologia Agrícola**. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2002, 920p. ISBN: 8571330115

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Gestão Agropecuária II	
Período Letivo: 3º semestre	Carga horária total: 33,33h
Objetivos do componente curricular: Compreender a influência dos principais indicadores econômicos no setor agropecuário; Distinguir e compreender as áreas empresariais: Produção, Recursos Humanos, Finanças; Empregar os métodos de análise de custos de produção e avaliar o resultado econômico no setor agropecuário	
Ementa: Áreas empresariais, Produção, Recursos Humanos, Finanças, Administração e Meio Ambiente, Custos de Produção na Agropecuária e Medidas de Resultado Econômico.	
Ênfase Tecnológica: Compreensão dos fundamentos históricos da economia e da administração, utilização de ferramentas de gestão aplicadas as empresas agropecuárias.	
Área de Integração Produção agroindustrial: preço dos insumos e equipamentos, espaçamentos das culturas, área/animal e produtividade.	
Pré ou co-requisitos: não há.	
Carga horária à distância/ Carga horária presencial: A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.	
Referências:	
Bibliografia Básica: SILVA, C. R. L.; SINCLAYR, L. Economia e Mercados: Introdução à Economia. 20ª ed. São Paulo: Saraiva. 2017. ISBN: 8547227717 SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. Administração de custos na agropecuária. 4ª. ed.	

São Paulo: Atlas, 2009. ISBN: 8522456593

WAQUIL, P. D.; MIELE, M.; SCHULTZ, G. Mercados e comercialização de produtos agrícolas. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, v. 1. ISBN: 85-386-0098-5

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo, dando asas ao espírito empreendedor. 4ª Ed. Manole, 2012. ISBN: 8520432778

ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo. Rio de Janeiro: Intercedência, 2004. ISBN: 8571931062

Curso: Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio

Componente Curricular: Produção Animal III

Período Letivo: 4º semestre

Carga horária total: 133,33 horas

Objetivos do componente curricular

Capacitar o estudante para a exploração racional, econômica e sustentável da atividade pecuária bovina a partir do entendimento técnico-científico estabelecido e em permanente processo de transformação, considerando ainda os aspectos sócio-ambientais e o bem estar animal.

Ementa

Bovinocultura de leite e corte : origem, evolução, atualidade e aspectos mercadológicos, cadeias produtivas do leite e da carne bovina. Principais raças e melhoramento genético. Edificações e equipamentos. Ambiência e bem estar animal. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Agrostologia, pastagens e forragens conservadas. Manejo geral (produtivo, reprodutivo, sanitário e nutricional) de acordo com cada categoria e finalidade produtiva. Biotecnologia na reprodução.

Ênfase Tecnológica

Manejo geral racional, econômico e sustentável de bovinos na produção de leite e de carne de acordo com cada categoria e finalidade produtiva.

Área de Integração

- Agroecologia: Impactos socioambientais das principais práticas do modelo convencional de produção agropecuária;
- Biologia: citologia animal e vegetal, fisiologia, embriologia, endocrinologia e microbiologia.
- Infraestrutura I: Estudo das Instalações, edificações e equipamentos com vistas ao manejo, conforto e bem estar animal. Estudo de materiais, dimensionamento e arquitetura de instalações com vistas ao conforto e bem estar animal.

- Infraestrutura II: Edafologia, irrigação e drenagem e mecanização agrícola.
- Língua Portuguesa e Literatura: Produção textual.
- Matemática: estatística e análise de dados, proporção e operações matemáticas com números fracionários
- História: a antropologia e as ciências agrárias. A revolução industrial e o desenvolvimento agropecuário. A geopolítica mundial e o contexto da produção e comercialização mundial de alimentos, na qual se insere a atividade pecuária bovina empresarial.
- Geografia: meridianos, latitudes, longitudes, climas e seus agentes influenciando os processos produtivos agropecuários no que tange as espécies, raças e desempenho animal.
- Sociologia: cidadania e a produção agropecuária. Associativismo, organização e inclusão social com vistas a plena cidadania e ao fortalecimento no processo produtivo e de comercialização do setor agropecuarista.

Pré ou co-requisitos: não há.

Carga horária à distância/ Carga horária presencial:

A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.

Referências

Bibliografia Básica:

PIRES, A. V. **Bovinocultura de Corte** – Vol. I e II, 1ª Ed. Piracicaba: FEALQ, 2010. 1520 p.

ISBN: 978-85-7133-069-6

PEIXOTO, A.M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. **Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional**. 3ª Piracicaba FEALQ 2000. 580p.

ISBN: não há.

OLIVEIRA, M.D.S. **Cria e cria de bovinos leiteiros**. – Piracicaba: FEALQ, 2001. 180p.

ISBN: não há.

QUEIROZ, S.A. **Introdução ao Melhoramento Genético de Bovinos de Corte**. São Paulo: Agro Livros, 2012. 152p.

ISBN: 9788598934129

Bibliografia Complementar:

Gonsalves Neto, J. Manual do Produtor de Leite. 1ª Ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2012. 860p.

ISBN: 9788562032554

Silva, J. C. P. M.; Veloso, C. M. Raças de gado de leite. 1ª Ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011. 149p.

ISBN: 9788562032189

PEREIRA, E.S.; PIMENTEL, P.G.; QUEIROZ, A.C.; MIZUBUTI, I.Y. **Novilhas Leiteiras**. Fortaleza: Graphiti gráfica e editora Ltda. 2010. 632p.

ISBN:

Barbosa, F.A. **Administração de Fazendas de Bovinos – Leite e corte**. 3ª Ed. Viçosa: Aprenda Fácil, 2017. 320p.

ISBN: 9788583660767

SILVA, S.C.; NASCIMENTO JÚNIOR, D.; EUCLIDES, V. B. P. **Pastagens: Conceitos básicos, Produção e Manejo**. Viçosa: Suprema, 2008. 115p.

ISBN: 8560249230

Curso: Técnico em Agropecuária concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Produção Vegetal IV	
Período Letivo: 4º semestre	Carga horária total: 100 horas
Objetivos do componente curricular Proporcionar aos estudantes as informações básicas sobre métodos de avaliação da intensidade de doenças e determinação do nível de controle de pragas nas lavouras e envio de amostras para análises laboratoriais visando a diagnose de doenças e pragas agrícolas; Orientar aos estudantes quanto a seleção de métodos e medidas utilizadas no manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas; - Proporcionar aos estudantes a compreensão da base teórica e prática para aplicação do receituário agrônomo e elaboração de receitas agrícolas visando o uso racional de agrotóxicos; Proporcionar aos estudantes o conhecimento prático para escolha adequada de pontas de pulverização e calibração de diferentes equipamentos usados na aplicação de agrotóxicos e bioinsumos nas lavouras; Possibilitar ao estudante o acesso a informações básicas sobre a importância dos ecossistemas florestais e dos povoamentos florestais; Possibilitar ao estudante o acesso a conhecimentos com informações básicas sobre o cultivo de flores tropicais, abordando aspectos econômicos relacionados ao mercado, comercialização e distribuição.	
Ementa	

Silvicultura: Histórico da Silvicultura, conceitos e definições, divisões da silvicultura, manejo florestal, Conservação dos recursos naturais em propriedades rurais. Viveiros florestais. Povoamentos florestais para a produção de matéria-prima. Sistemas agroflorestais e desenvolvimento social rural.

Floricultura: Histórico da Floricultura no Brasil, Dados Econômicos da Floricultura, Setores de atuação da floricultura, principais espécies cultivadas, identificação das espécies, flores de corte, plantas ornamentais de vaso. Receituário Agrônomo: Reconhecimento de fitopatógenos, artrópodes-pragas e inimigos naturais associados ao café, fruteiras, flores e espécies florestais; Manejo integrado de pragas, doenças e plantas daninhas. Receituário Agrônomo; Tecnologia de aplicação de agrotóxicos e bioinsumos.

Proposta de ementa integrada: histórico, origem e importância econômica; botânica; clima; solo e adubação; produção de mudas; principais espécies e variedades; plantio; tratamentos culturais; nutrição das plantas; irrigação; manejo integrado de pragas e doenças, receituário agrônomo e tecnologia de aplicação de agrotóxicos e bioinsumos; colheita e pós-colheita de café, fruteiras, flores e espécies florestais.

Ênfase Tecnológica

A ênfase tecnológica, focada no perfil do egresso, será dada em conteúdo que envolvem o planejamento de implantação de áreas de cultivo; a produção de mudas; o preparo adequado do solo, da correção da acidez e da adubação/nutrição das plantas; os tratamentos culturais específicos de cada sistema de produção; o manejo da irrigação; o manejo integrado das pragas e das doenças que incidem nas diferentes culturas; a colheita, o beneficiamento, o armazenamento da produção e a comercialização dos produtos e subprodutos originados dos diferentes sistemas de produção de café, de fruteiras, de flores e de espécies florestais.

Área de Integração

A integração de conteúdos na disciplina abrangerá a aprendizagem de conhecimentos referentes aos seus próprios temas principais: Fruticultura, Cafeicultura, Silvicultura, Floricultura e Receituário Agrônomo. Poderá também integrar-se com Infraestrutura II – Irrigação e drenagem.

Pré ou co-requisitos: Não há.

Carga horária à distância/ Carga horária presencial:

A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.

Referência

Bibliografia Básica:

XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R.L. **Silvicultura clonal - princípios e técnicas**. 1º ed. Viçosa: Editora UFV, 2009. ISBN:9786559250202

RIZZINI, C.T. **Árvores e madeiras úteis do Brasil: manual de dendrologia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Blücher, 1978. 296 p. ISBN: 852120051X

GOMES, J.M.; PAIVA, H.N. **Viveiros florestais: Propagação sexuada - série didática**. 1ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2011. ISBN: 8572694188

LORENZI, H. **ÁRVORES BRASILEIRAS: MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO E CULTIVO DE PLANTAS ARBÓREAS NATIVAS DO BRASIL**. 5. ED. NOVA ODESSA, SP: PLANTARUM, 2008. ISBN: 6587655009.

Bibliografia Complementar

PAIVA, H.N.; JACOVINE, L.A.G.; TRINDADE, C.; RIBEIRO, G.T. **Cultivo de Eucalipto: Implantação e Manejo**. 1ª ed. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2011. ISBN 9788562032264.

VALERI, S.V.; POLITANO, W.; SENÔ, K.C.A.; BARRETTO, A.L.N.M. **Manejo e recuperação florestal: legislação, uso da água e sistemas agroflorestais**. Jaboticabal: Funep, 2003. 180 p. ISBN 8587632574

PAIVA, H.N.; GOMES, J.M. **Propagação vegetativa de espécies florestais -série didática**. 1ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2011. ISBN: 9788572694179

SOARES, C.P.B. **Dendrometria e inventario florestal**. 2ª ed. Viçosa: Editora UFV, 2011. ISBN 9788572694131

LIMA, A. F. **Receituário Agrônomo: pragas e praguicidas, prescrição técnica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRRJ, 2013. 506p. ISBN: 8585720522

AMORIM, L.; REZENDE, J. A. M.; CAMARGO, L. A. E. **Manual de Fitopatologia: Doenças das plantas cultivadas**. 5ª ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda, 2016. Volume 2. ISBN: 9788531800535

GALLO, D.; NAKANO, O.; WIENDL, F.M.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R.P.L. **Entomologia Agrícola**. Piracicaba: Agronômica Ceres, 2002, 920p. ISBN: 8571330115

Curso: Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio	
Componente Curricular: Produção Agroindustrial	
Período Letivo: 4º semestre	Carga horária total: 66,67 horas
Objetivos do componente curricular	
<p>Reconhecer os grupos de alimentos e suas funções; Identificar as fontes de matéria prima para industrialização; Indicar, utilizar e selecionar o processo e os produtos mais apropriados para limpeza e sanitização na agroindústria; Utilizar, adequadamente, a água como agente de limpeza e higienização; Utilizar os conceitos básicos da microbiologia; Conhecer os aditivos e embalagens utilizados em alimentos; Conhecer e controlar microrganismos importantes na produção alimentar;</p> <p>Reconhecer os diferentes processos de produção e conservação dos alimentos; Identificar e aplicar os métodos mais adequados no processamento de origem vegetal (frutas e hortaliças, bebidas) e animal (leite e derivados, carnes e derivados).</p>	
Ementa	
<p>Introdução à industrialização dos alimentos. Principais métodos de conservação de alimentos. Higiene e Boas práticas de fabricação. Microbiologia dos alimentos e doenças transmitidas por alimentos (DTAs). Alterações nos alimentos. Tecnologia e processamento dos principais produtos de origem vegetal e animal.</p>	
Ênfase Tecnológica	
<p>Conteúdos e atividades relacionadas a transformação de matérias-primas oriundos da agricultura e pecuária.</p>	
Área de Integração	
Pré ou co-requisitos	
<p>Não há.</p>	
<p>Carga horária à distância/ Carga horária presencial:</p> <p>A carga horária total da disciplina será desenvolvida de forma presencial.</p>	
Referências	
Bibliografia Básica:	
<p>EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2008. ISBN-13: 978-8573790757.</p> <p>FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos. 4ª Ed. Porto Alegre: Artmed,</p>	

2018. ISBN-13: 978-8582715253.

GAVA, A. J.; SILVA, C. A. B.; FRIAS, J. R. G. **Tecnologia de Alimentos: Princípios e aplicações**. 1ª Ed. São Paulo: Nobel, 2017. ISBN-13: 978-8521313823.

VENTURINI FILHO, W. G. (Coord.). **Tecnologia de bebidas**. 2ª Ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2016. ISBN-13: 978-8521209553.

Bibliografia complementar:

ALENCAR, N.; GOMIDE, L. A. M.; ALENCAR, A. S. **Fabricação de linguiças de carne suína: frescal, defumada, toscana, calabresa e paio**. 1ª Ed. Brasília: Editora LK, 2011.

JAY, J. M. **Microbiologia de alimentos**. 6ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. ISBN-13: 978-8536305073.

ORDOÑEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos, vol.1: componentes dos alimentos e processos**. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ISBN-13: 978-8536304366.

ORDOÑEZ, J. A. **Tecnologia de alimentos, vol.2: Alimentos de origem animal**. 1ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ISBN-13: 978-8536304311.

6.3.6 Atendimento ao Discente

De acordo com o art. 3º da LDBEN (BRASIL, 1996), o ensino deverá ser ministrado com base na igualdade de condições para o acesso e a permanência dos estudantes na escola. A garantia do tripé acesso, permanência e êxito, se dará a partir da articulação entre setores, de maneira multidisciplinar, com a atuação transversal dos núcleos e comissões permanentes, considerando que esses são os articuladores das políticas de inclusão no campus, considerando:

- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI

É um núcleo propositivo e consultivo, que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, orientadas à temática das identidades e das relações étnico raciais, especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas, no âmbito da instituição e em suas relações com a comunidade externa. O NEABI do Campus Santa Teresa foi instituído pela primeira vez com a Portaria Ifes nº 150-DG/2018 e sua composição atual está prevista na Portaria nº 47, de 17 de fevereiro de 2023.

- Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil – CPAE

A Assistência Estudantil é uma política instituída como espaço prático de cidadania e de dignidade humana, buscando ações que zelem pelo direito do educando de acessar e permanecer na escola,

considerando-se sempre o orçamento que vem destinado para ações da referida Política e a situação dos estudantes que necessitam dos auxílios por ela previstos. No Campus Santa Teresa, as atividades da Assistência Estudantil são geridas pela CPAE – Comissão Gestora da Política de Assistência Estudantil, de modo a operacionalizar os programas previstos pela Política de Assistência Estudantil do Ifes (PAE - Resolução do Conselho Superior nº 19 de 09/05/11, alterada pela Resolução nº 71, de 08/12/11 do Conselho Superior, regulamentada pela Portaria nº 1.602/Reitoria, de 30/12/11 e pela Resolução 002/2019 do Conselho de Gestão do Ifes Campus Santa Teresa, de 7/03/19, a qual, por sua vez, foi criada no contexto do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES - Decreto nº 7.234, de 19/07/10).

- Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE

O Napne é composto por equipe multidisciplinar e tem como finalidade desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para o acesso, a permanência e a saída com êxito, engajando-se na construção de propostas de atendimento que possibilitem a quebra das diversas barreiras da acessibilidade. O NAPNE do Campus Santa Teresa foi instituído pela primeira vez com a Portaria Ifes nº 061 de 27 de fevereiro de 2018 e sua composição atual está prevista na Portaria nº 50 de 17 de fevereiro de 2023.

- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade – NEPGENS

A Resolução do Conselho Superior do Ifes nº 35/2021 criou o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidades do Instituto Federal do Espírito Santo (Nepgens) tem a finalidade de promover ações com vistas a uma educação inclusiva e não sexista, que busque a equidade e a igualdade entre todos, o respeito a todas as manifestações de gênero, o reconhecimento e o respeito às diversas orientações sexuais, bem como o combate à violência de gênero, à homofobia e a toda discriminação contra a comunidade LGBTQIA+. O NEPGENS do Campus Santa Teresa foi instituído pela primeira vez com a Portaria Ifes nº 108 de 10 de março de 2022 e sua composição atual está prevista na Portaria nº70, de 01 de março de 2023.

- Núcleo de Tecnologias Educacionais - NTE

Criado pela Resolução CONSUP/IFES nº 59/2021, O Núcleo de Tecnologias Educacionais possui composição multidisciplinar com o objetivo geral de atuar no apoio, planejamento e ações relativas à Educação a Distância e ao uso de tecnologias educacionais em sua unidade acadêmica. O NTE do Campus Santa Teresa foi instituído pela primeira vez com a Portaria Ifes nº156, de 14 de maio de 2020 e sua composição atual está prevista na Portaria nº 48, de 17 de fevereiro de 2023.

- Núcleo de Educação Ambiental e Agroecologia – NEAA

O núcleo tem o objetivo de promover ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a preservação dos ecossistemas e a educação ambiental, baseados no reconhecimento da diversidade ecológica, cultural, social, econômica e espacial. Busca integrar ações em andamento, potencializar novas iniciativas e promover a articulação entre os campi do Ifes, através da Rede de Educadores Ambientais (REA-Ifes), com o poder público, instituições educativas e organizações da sociedade civil, com vistas à promoção da sustentabilidade e da justiça ambiental, através de atividades formais e não formais de ensino. A coordenadoria do NEA do Campus Santa Teresa foi instituída pela primeira vez com a Portaria Ifes nº 366, de 04 de dezembro de 2019 e, a partir da Portaria nº 95, de 10 de março de 2023, passou a ser “Núcleo de Educação Ambiental e de Agroecologia.

- Núcleo de Arte e Cultura – NAC

O Núcleo de Arte e Cultura - NAC do Campus Santa Teresa foi criado pela Portaria nº 43/2020, cuja composição foi atualizada pela Portaria nº 104/2021. O objetivo do NAC é desenvolver e promover a cultura, as artes e a cidadania no Campus, baseado no reconhecimento da diversidade cultural e humana e na promoção da cidadania, da reflexão e do pensamento crítico por meio do acesso à multiplicidade de expressões e da democratização dos meios de produção e difusão cultural em nível de ensino, pesquisa e extensão.

- Núcleo de Relações Internacionais (NRI)

Este núcleo, de composição multidisciplinar, trabalha com o suporte da Arinter (Assessoria de Relações Internacionais) do IFES. Visa implementar, organizar e contribuir, em nosso campus, com a política de internacionalização da rede. Criado pela Resolução CONSUP/IFES nº 34/2021. O papel fundamental dos Núcleos de Relações Internacionais (NRIs) é oferecer oportunidades para o desenvolvimento das habilidades e competências para o século XXI, por meio de experiências acadêmicas internacionais para a comunidade do Ifes, tendo como objetivo geral (de acordo com o Art. 5º da CS N 34/2021) atuar no apoio, planejamento e ações relativas à internacionalização da Educação, no uso de metodologias educacionais que internacionalizam o currículo e na Internacionalização plena e integral do Ifes. O NRI do Campus Santa Teresa foi instituído pela primeira vez com a Portaria Ifes nº 191, de 11 de agosto de 2021 e sua composição atual está prevista na Portaria nº 46, de 17 de fevereiro de 2023, alterada pela Portarias nº 106, de 22 de março de 2023 e nº 194, de 07 de junho de 2023.

Além do trabalho articulado dos Núcleos, serão oferecidos aos estudantes atendimentos com os professores em momentos extra-classe previstos nos Planos de Ensino de cada componente curricular, serviço psicossocial com ênfase no processo de ensino e de aprendizagem e outras ações pertinentes para a permanência e êxito do processo acadêmico dos alunos.

As ações para atendimento aos discentes devem ser articuladas, envolvendo criação de espaços comunicativos entre os setores para compartilhamento das necessidades dos estudantes.

Considerar o estudante na sua totalidade, com suas necessidades individuais e coletivas exige que o todo do campus, em seu trabalho educativo, esteja comprometido com o processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo com o acolhimento dos estudantes.

7. PRAZO MÁXIMO PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE CONCLUSÃO DO CURSO

O curso Técnico em Agropecuária será desenvolvido em regime semestral, ou seja, organizado em semestres, de acordo com o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Técnicos do Ifes (ROD, 2020).

A modalidade do curso Técnico em Agropecuária terá seus dias letivos desenvolvidos de segunda-feira a sexta-feira, podendo ser estendidos até aos sábados, de acordo com a organização do calendário acadêmico do Campus Santa Teresa.

O aluno do curso Técnico em Agropecuária terá como prazo máximo para cumprimento dos requisitos de conclusão do curso e solicitação da certificação, o dobro da duração mínima do curso prevista no PPC, conforme ROD dos cursos técnicos.

Considerando os casos de discentes público da Educação Especial, esse prazo poderá ser flexibilizado de acordo com a regulamentação específica e deverá ser orientado pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais Específicas – NAPNE, com apoio da equipe pedagógica e multidisciplinar do campus Santa Teresa, considerando sempre o artigo 88 do Rod dos Cursos Técnicos.

8. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Poderá ser concedido o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores aos discentes dos Cursos Técnicos Concomitantes de acordo com as determinações do ROD constantes na Seção VIII, seus artigos, incisos e parágrafos.

9. REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

Para efetivação de matrícula no Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio oferecido pelo Campus Santa Teresa será obrigatória a comprovação de estar cursando a primeira série ou a segunda série do ensino médio.

A forma de acesso ao curso será por meio de processo seletivo específico, pela Instituição EEEFM “Frederico Pretti”, mediante a indicação de 30 estudantes de escolas estaduais da região do campus.

Reforça-se que a oferta das 30 vagas para o curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio refere-se à adesão do Ifes Campus Santa Teresa, como parceiro ofertante, e a EEEFM “Frederico Pretti”, como parceira demandante, a Linha de Fomento da Bolsa-Formação: Qualifica Mais - Itinerários de Formação Técnica e Profissional, no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC), para oferta de cursos de qualificação profissional e de cursos técnicos que componham itinerários da Formação Técnica e Profissional em regime de colaboração, nos termos do art. 36-C da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, por meio da Bolsa-Formação, para o público-alvo definido no art. 2º da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, conforme as definições da Portaria MEC nº 733, de 16 de setembro de 2021.

10. AVALIAÇÃO

10.1. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A avaliação do Projeto Pedagógico do PPC será realizada por comissão a ser definida pela coordenação do curso e ocorrerá a cada 02 (dois) anos, por meio de análise geral do matriz curricular, observação do cumprimento das Diretrizes e legislações vigentes, além de análises e avaliações outras perspectivas do referido projeto e resultados advindos do curso por meio de pesquisa com egressos.

A comissão responsável pela avaliação do curso será composta obrigatoriamente pelo coordenador de curso, por docentes e estudantes do curso, por servidores do setor pedagógico, da Coordenação de Registros Acadêmicos, da biblioteca e por servidores atuantes em setores que se relacionam com o curso. Com a análise e resultados dos trabalhos da comissão, as adaptações deverão ser apontadas e implantadas no PPC e na realização do curso.

10.2. Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem

A avaliação da aprendizagem ocorrerá de forma processual, mantendo caráter diagnóstico e formativo, considerando-se os aspectos qualitativos e quantitativo do aprendizado do estudante, considerando neste contexto o trabalho docente desenvolvido objetivando também a avaliação da práxis pedagógica.

Além de verificar a aprendizagem do estudante, o processo de avaliação também é instrumento para redimensionar o planejamento docente. Desta forma, este processo adquire um caráter transformador do processo de ensino e de aprendizagem, o que significa mais do que o estabelecimento de notas para os alunos. A proposta principal deve estar respaldada na aprendizagem dos alunos e no aprimoramento do fazer docente, considerando que o processo avaliativo é parâmetro para avaliar também o trabalho desenvolvido pelo professor.

A avaliação faz parte do todo do processo do curso, exigindo que a demonstração do domínio do conhecimento de forma convergente com a garantia da formação omnilateral do estudante.

No processo de avaliação, que deve ocorrer ao longo do curso Técnico em Agropecuária, serão apurados os conceitos apreendidos, traduzidos na forma de notas, e a frequência dos estudantes, de acordo os termos legais contidos na LDB (9396/96) e no ROD. Para fins de desempenho em termos de nota, estará aprovado o aluno que tiver pontuação igual ou maior do que 60 (sessenta) pontos e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no âmbito do controle da frequência, ao final do ano letivo.

O resultado acadêmico deverá expressar o grau em que foram alcançados e os objetivos de cada disciplina e será expresso em notas graduadas de zero (0) a cem (100) pontos no semestre.

A avaliação dos discentes com necessidades especiais específicas observará os preceitos do ROD e legislações vigentes, considerando suas especificidades para a aprendizagem, as adaptações e/ou apoio necessários para aplicação de instrumentos avaliativos de acordo com as orientações do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais Específicas - NAPNE com apoio da equipe pedagógica e multidisciplinar do campus Santa Teresa.

O regime de Dependência será ofertado aos discentes que obtiverem promoção parcial, de acordo com a previsão do artigo 88 e de seus incisos constantes no ROD.

A avaliação será desenvolvida por meio de instrumentos diversificados, tais como: projetos, exercícios, trabalhos, atividades práticas, relatórios, autoavaliação, provas e etc., observando o que preceitua o Regulamento da Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Ifes, em vigor.

Aos alunos que não atingirem 60% (sessenta por cento) da pontuação nas atividades avaliativas de cada disciplina serão garantidos estudos de recuperação, paralelos ao período letivo. Os procedimentos dos estudos de recuperação estão em consonância com o Regulamento da Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Ifes, Portaria CEPE nº 972/2021 e também com a regulamentação do Campus.

Os critérios e valores propostos para os instrumentos avaliativos adotados por professor deverão ser explicitados aos alunos no início do período letivo, observadas as normas estabelecidas no Regulamento da Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Ifes.

O resultado acadêmico deverá expressar o grau em que foram alcançados os objetivos de cada disciplina e será expresso em notas graduadas de zero (0) a cem (100) pontos.

Serão considerados, na verificação do aproveitamento dos alunos em qualquer disciplina, o resultado final obtido após a aplicação dos instrumentos de avaliação e frequência mínima. Estará aprovado no componente curricular o aluno que obtiver nota final maior ou igual a 60 (sessenta) pontos e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), conforme estabelecido no Regulamento da Organização Didática da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Ifes.

Numa perspectiva de organização curricular de forma integrada, o fazer dos docentes deve superar as práticas fragmentadas, ações que muitas vezes contribuem para a perda do sentido da aprendizagem para o estudante. A avaliação faz parte das do todo do processo do curso, de sua dinâmica integrada,

exigindo que a demonstração do domínio do conhecimento de forma convergente com a garantia da formação omnilateral do estudante.

11. AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO VINCULADAS AO CURSO

11.1. Atividades Acadêmico-científico-culturais

A realização de atividades acadêmicas desempenham um papel importante na formação discente. São projetadas para promover o desenvolvimento acadêmico, científico e cultural dos estudantes, complementando sua formação técnica e proporcionando uma visão mais ampla e contextualizada do campo da informática. Estimulam ainda o espírito investigativo e a curiosidade dos estudantes, incentivando-os a se engajar em pesquisas e projetos de natureza científica que se relacionam à área de agropecuária. Essas atividades podem incluir participação em grupos de pesquisa, elaboração de projetos de iniciação científica, adesão em congressos, simpósios e eventos científicos, bem como a produção de artigos científicos.

Com o espírito investigativo revigorado com atividades de cultura, artes e outras manifestações do conhecimento, os alunos serão incentivados pelos servidores do campus a participarem de projetos de pesquisa. A execução de planos de trabalhos, vinculados aos projetos de pesquisa, e ações de pesquisa em caráter de iniciação científica e/ou tecnológica, poderão contar com o fomento da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, por meio do Programa Institucional de Iniciação Científica, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - Picti, na forma do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic, Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica – Pivic, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti, Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Piviti, para estudantes de graduação e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior – Pibic-Jr. e Programa Institucional de Voluntariado de Iniciação Científica Júnior – Pivic-Jr., para estudantes do ensino técnico.

Além disso, o Ifes conta com uma estrutura de pesquisa e extensão já bastante consolidada, que possibilita ao aluno atuar em projetos já desenvolvidos e em outros que podem ser viabilizados através da Diretoria e Coordenadorias de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão do Campus Santa Teresa e demais setores e recursos humanos disponíveis visando à interdisciplinaridade, promovendo a integração das disciplinas, fornecendo ao educando uma visão sistêmica, buscando integrar os aspectos sustentáveis – econômicos, tecnológicos, sociais, ambientais e étnicos – à essência das disciplinas.

É válido mencionar que objetivando:

- estimular o envolvimento de servidores, estudantes e comunidade externa na elaboração e desenvolvimento de programas e projetos de extensão das unidades do Ifes em seus territórios de atuação;
- promover as ações de extensão do Ifes por meio do apoio a projetos e programas, em consonância com a missão, visão, valores, objetivos e finalidades institucionais expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional do Ifes e em seu planejamento estratégico;
- fomentar as atividades de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho no Ifes e nas comunidades e organizações dos territórios de atuação do Ifes;
- promover o protagonismo estudantil, estimulando o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como a atuação profissional pautada na cidadania;
- fomentar programas e projetos que integrem redes de cooperação entre os campi do Ifes e interinstitucionais;
- contribuir com o desenvolvimento socioeconômico sustentável do estado do Espírito Santo, por meio da implementação de políticas públicas e do fortalecimento das ações de extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo lança anualmente edital para concessão de bolsas para estudantes matriculados nos cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação, ofertados pelo Ifes, mediante seleção de propostas para a execução de programas ou projetos de extensão, por meio do Programa de Apoio à Extensão do Ifes (Paex), regulamentado pelas Resoluções do Conselho Superior Nº 53/2016 e Nº 44/2016 e pela Orientação Normativa Caex Nº 01/2020.

No âmbito dos programas desenvolvidos ou a serem implementados, o Campus Santa Teresa objetiva formar parcerias com órgãos, empresas, associações e outras entidades da região a fim de subsidiar pesquisas nas áreas de atuação do Técnico em Agropecuária, visando ao entendimento das características das organizações da região na qual o Campus está inserido, bem como a compreensão das relações destas com os arranjos produtivos locais e a sociedade. Essas parcerias poderão permitir, de maneira articulada, ações de extensão e servir de laboratório, a fim de possibilitar aos alunos uma visão mais próxima da realidade do mercado. Poderão ainda ser desenvolvidas pelo Campus, na abordagem de diversos temas presentes no cotidiano das empresas empregadoras, atividades que venham a surgir no decorrer do curso, em função do interesse e das atividades apresentadas pelos alunos na forma de consultorias, treinamentos, feiras, dentre outras.

11.2. Atividades de Extensão

A possibilidade de promover a integração dos estudantes com a cultura local, as artes e as diversas manifestações do conhecimento estreitam o acesso do curso à comunidade regional. Diversas atividades podem ser realizadas com o intuito de transpor as limitações físicas do campus e integrar a comunidade para dentro do campus, ou inverter essa proposta. Trabalhar os agentes de educação do campus no espaço físico da comunidade rompendo barreiras e unindo espaços com a sociedade. Para isso, podem ser realizadas visitas técnicas a empresas e instituições circunvizinhas ao campus, proporcionando aos alunos a oportunidade de conhecer a realidade do mercado de trabalho do entorno e as práticas profissionais em vigor.

Dessa maneira, pode-se evidenciar que outra forma de atividade acadêmico-científico-cultural é a participação em projetos de extensão. Esses projetos têm como objetivo levar os conhecimentos adquiridos em sala de aula para a comunidade, atendendo às demandas e necessidades locais. Tais atividades fortalecem, também, ambas atividades de pesquisa e extensão, uma vez que o aluno engajado nessas ações pesquisará e se aperfeiçoará para alcançar os objetivos propostos nos projetos de extensão, que visam estabelecer um elo entre o Campus e as escolas e estudantes do entorno, além de potencializarem o contato dos mesmos com empresas do ramo da informática, instaladas no entorno, que têm interesse em desenvolver trabalhos e parcerias.

Salienta-se que essas atividades de Pesquisa e Extensão estão diretamente relacionadas aos conteúdos interdisciplinares trabalhados durante o curso. Desta forma, é possível notar a presença da tríade ensino, pesquisa e extensão na estrutura do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante, possibilitando a interligação e indissociabilidade entre esses elementos.

11.3. Iniciação Científica

A iniciação científica no curso de Técnico em Agropecuária Concomitante é promovida como uma oportunidade para os estudantes se envolverem em atividades de pesquisa acadêmica, estimulando o desenvolvimento de habilidades investigativas e o aprofundamento do conhecimento na área.

No campus Santa Teresa, os alunos interessados são apresentados a um curso de formação atrelado a ação de ensino e pesquisa denominada “JOVENS PESQUISADORES”, conforme processo n.º 23156.000600/2023-02. Dessa maneira, os jovens que almejam conhecimento científico trabalharão conceitos básicos da pesquisa por meio de disciplinas introdutórias oferecidas na ação supracitada. Ademais, serão instruídos sobre os métodos de pesquisa, técnicas de coleta e análise de dados, revisão bibliográfica e elaboração de projetos de pesquisa.

Após a familiarização com os fundamentos da pesquisa, os alunos serão incentivados a escolher áreas de interesse dentro da produção agropecuária. Eles terão a oportunidade de se candidatar a projetos de iniciação científica já existentes, desenvolvidos por professores ou grupos de pesquisa da instituição, ou poderão propor seus próprios projetos, desde que alinhados com a temática do curso. Uma vez selecionados para a iniciação científica, os estudantes trabalharão em estreita colaboração com um servidor orientador, que será responsável por guiar e supervisionar o desenvolvimento do projeto. O orientador fornecerá apoio técnico, auxiliará na definição da metodologia, acompanhará a coleta e análise de dados, além de orientar na redação de relatórios e possíveis artigos científicos.

Há diversas atividades a serem executadas durante esse processo, como: pesquisas bibliográficas, experimentos práticos, levantamentos de dados ou qualquer outra atividade pertinente ao projeto. Eles também terão a oportunidade de participar de reuniões, seminários ou grupos de estudo com outros estudantes envolvidos em trabalhos científicos, estimulando a troca de ideias e o compartilhamento de conhecimentos.

Durante a iniciação científica, serão incentivados a apresentar os resultados de suas pesquisas em eventos científicos, como congressos ou simpósios, Anualmente, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo promove a Jornada de Integração que objetiva reunir os eventos científicos da instituição. Essas oportunidades permitirão que eles exponham seus trabalhos para a comunidade acadêmica, recebam opiniões ou avaliações sobre o desempenho, comportamento ou resultados do seu trabalho e ampliem sua rede de contatos profissionais. Ao final do período de iniciação científica, os alunos serão conduzidos a redigir um relatório final descrevendo o trabalho desenvolvido, os resultados obtidos e as conclusões alcançadas.

Finaliza-se esta subseção, evidenciando que a iniciação científica nesse curso oferecerá aos alunos uma oportunidade valiosa para aprofundar seus conhecimentos, desenvolver habilidades de pesquisa e vivenciar o processo de produção científica. Além disso, proporcionará uma base sólida para que os alunos possam ingressar em programas de graduação ou continuar sua formação acadêmica em áreas correlatas no futuro.

11.4 Extensão

Integrar as atividades de envolvimento acadêmico à comunidade de forma estruturada e sistemática nos currículos dos cursos do técnico integrado é uma abordagem que reconhece a importância da extensão como uma dimensão fundamental da formação acadêmica, complementando o ensino e a pesquisa. O desenvolvimento da extensão no curso de Técnico em Agropecuária Concomitante será conduzido de forma a incentivar os alunos a aplicarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula em

projetos práticos que beneficiem a comunidade local e ampliem o impacto social da formação em informática.

Primeiramente, serão oferecidas propostas de projetos ou módulos específicos de capacitação, semelhante ao JOVENS PESQUISADORES, que abordarão os princípios e fundamentos da extensão, ressaltando a importância do engajamento com a sociedade e a compreensão das necessidades e demandas da comunidade. Os alunos serão orientados a identificar problemas ou desafios enfrentados pela comunidade local que possam ser abordados por meio de soluções tecnológicas.

Com base nessas informações, os alunos que participaram da capacitação serão incentivados a formar equipes de trabalho e desenvolver projetos de extensão que visem atender às demandas identificadas. Eles poderão colaborar com organizações não governamentais, instituições de ensino, empresas locais ou outras entidades que estejam envolvidas com a comunidade.

Durante o desenvolvimento dos projetos de extensão, os alunos contarão com a supervisão e orientação de professores especializados, que auxiliarão na definição de metas, na identificação de recursos necessários e na avaliação do impacto dos projetos. Essa orientação contribuirá para o direcionamento adequado das atividades, bem como para o aprendizado e aperfeiçoamento dos estudantes.

Em consonância a pesquisa, há diversos produtos que podem ser gerados como frutos do projeto de extensão com base na área tecnológica. Por exemplo, o desenvolvimento de websites, aplicativos, sistemas ou outras soluções tecnológicas que atendam às demandas identificadas. Com isso, os alunos serão incentivados a aplicar suas habilidades em programação, design de interfaces e outras áreas da informática para criar soluções inovadoras e funcionais.

Além de produtos, os projetos de extensão poderão incluir a realização de capacitações, workshops ou treinamentos para a comunidade, com o objetivo de promover a inclusão e fortalecer os conhecimentos em ciências agrárias dos participantes. Essas atividades proporcionarão um impacto mais amplo e duradouro, ajudando a capacitar os indivíduos e contribuindo para a promoção do desenvolvimento local.

É importante mencionar que durante o desenvolvimento da extensão, será incentivada a reflexão crítica dos alunos sobre o impacto social de suas ações, promovendo a consciência sobre o papel do profissional de informática na construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa. Os estudantes serão estimulados a avaliar os resultados alcançados, a identificar possíveis melhorias e a manter um diálogo contínuo com a comunidade envolvida.

Em suma, o desenvolvimento da extensão no curso de Técnico em Agropecuária Concomitante ocorrerá por projetos e capacitações específicas, formação de equipes de trabalho, orientação de professores especializados e o desenvolvimento de projetos práticos voltados para atender às necessidades da comunidade. Essa abordagem proporcionará aos alunos uma experiência significativa de aplicação dos conhecimentos adquiridos em prol do benefício social, enquanto promove a responsabilidade social e a formação de profissionais mais conscientes e engajados.

12. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Resolução Nº 58/2018, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Superior do Ifes, que regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes, considera o estágio um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente do trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de alunos que estejam frequentando o ensino regular na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, oferecidos pelo Ifes nas modalidades presencial e a distância.

Os estágios estão previstos para serem realizados a partir da atuação conjunta entre o setor de Estágios e a Coordenadoria do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio, com o objetivo de firmar convênio com as organizações concedentes e de encaminhar e orientar os alunos.

O estágio supervisionado, de caráter não obrigatório, será realizado preferencialmente durante o período do curso e terá a duração mínima de 100h (cem horas). Caso opte pelo estágio e este seja realizado após o término dos componentes curriculares do curso, o estudante terá 6 (seis) meses para a sua finalização para, a partir de então, solicitar seu certificado de conclusão de curso.

O aluno só poderá realizar o estágio profissional quando houver concluído 50% da carga horária do curso, em empresas ou instituições públicas ou privadas, e caso tenha a idade mínima de 16 (dezesesseis) anos. A orientação, a supervisão e a avaliação serão realizadas por professor designado pela Coordenadoria.

O estágio não obrigatório deverá ser realizado em áreas que possibilitem o desenvolvimento do aluno para a vida cidadã e para o trabalho, somente enquanto ele mantiver matrícula e frequência na instituição.

O registro da carga horária do estágio não obrigatório, no histórico escolar do aluno, será conforme a carga horária mínima prevista no projeto pedagógico do curso. O registro da carga horária excedente dos estágios será atestado por meio de uma declaração fornecida pelo setor responsável pelo estágio em cada Unidade Administrativa do Ifes, devidamente documentado, mediante solicitação do interessado.

Cabe salientar que o denominado “estágio profissional” é uma atividade que procura relacionar as temáticas vistas em sala de aula com a realidade da prática profissional, possibilitando que o aluno tenha experiências com as situações reais necessárias para sua prática e o conhecimento da área na qual está procurando se formar. Com isso promove:

- O relacionamento dos conteúdos e contextos para dar significado ao aprendizado;
- Integração à vivência e à prática profissional ao longo do curso;
- A aprendizagem social, profissional e cultural para o desenvolvimento do aluno para a vida cidadã e para o trabalho;
- A participação em situações reais de vida e de trabalho em seu meio;
- O conhecimento dos ambientes profissionais;
- Condições necessárias à formação do aluno no âmbito profissional;
- Familiarização com a área de interesse de atuação do futuro profissional;
- Contextualização dos conhecimentos gerados no ambiente de trabalho para a reformulação dos cursos.

Todo o processo de encaminhamento, registro, controle e finalização do estágio será intermediado pelo Setor de Estágios por meio de formulários próprios. As rotinas seguidas pelo referido Setor, para execução do estágio curricular, seguirão ao que está regulamentado na Resolução do Conselho Superior do Ifes N.º 58/2018, de 17 de dezembro de 2018.

13. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

O Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio está sendo ofertado em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo e a certificação se dará de acordo com o Parágrafo Único do artigo 19 da Resolução Nº3/2018 em que cada organização parceira deve emitir certificados, diplomas e outros documentos comprobatórios das atividades concluídas sob sua responsabilidade. Além disso, essa Resolução também determina no inciso III que os certificados, diplomas ou outros documentos comprobatórios de atividades desenvolvidas fora da escola de origem do estudante devem ser incorporados pela instituição de origem do estudante para efeito de emissão de certificado de conclusão do ensino médio. No inciso IV deste artigo está descrito que para a habilitação técnica, fica autorizada a organização parceira a emitir e registrar diplomas de conclusão válidos mediante apresentação do certificado de conclusão do ensino médio pelo estudante.

Dessa forma, uma vez apresentada a certificação de conclusão do ensino médio, a emissão do Certificado de Conclusão do Curso Técnico em Agropecuária e, posteriormente, a do Diploma, serão concedidas ao estudante que concluir todos os componentes curriculares obrigatórios, sendo ao mesmo conferido o título de Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio, de acordo com regulamentos e legislações vigentes.

14. PERFIL DE COORDENADOR DE CURSO, CORPO DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Conforme a Resolução do Conselho Superior nº 7/2021¹, de 19 de março de 2021, que regulamenta o processo de eleição para coordenadores de cursos técnicos, poderá ser candidato a Coordenador de Curso ou a Coordenador de Formação Geral ou Coordenador de área de Formação Geral, todo professor lotado na coordenação em que acontecerá o processo eleitoral. É necessário ainda que o candidato seja efetivo, com regime de trabalho de 40h ou dedicação exclusiva.

O Regimento Interno dos Campi do Ifes² estabelece, em seu Art. 51, que as Coordenadorias de Cursos são órgãos de planejamento, acompanhamento, execução, avaliação e reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos correspondentes bem como detalha suas competências.

14.1. Corpo docente

Nome: ALBERTO CHAMBELA NETO http://lattes.cnpq.br/27_11927674581372
Titulação Graduação em Zootecnia Graduação em Medicina Veterinária; Mestrado em Produção Animal; Doutorado em Ciência Animal.
Regime de Trabalho: DE
Disciplina(s): Infraestrutura e Produção Animal

Nome: ANTONIO FERNANDO DE SOUZA http://lattes.cnpq.br/3141673764244262
Titulação Graduação em Agronomia; Doutorado em Fitopatologia.

¹ Disponível em https://www.ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_7_2021_-_Regulamento_Elei%C3%A7%C3%A3o_Coordenadores.pdf

² Disponível em https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/regimento-interno-campi-ifes-2016_v2.pdf

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Produção Vegetal

Nome: ANTONIO RESENDE FERNANDES

<http://lattes.cnpq.br/4913936361260537>

Titulação

Graduação em Licenciatura em Ciências Agrárias;

Especialização em Fruticultura Comercial;

Especialização em Nutrição Mineral de Plantas;

Especialização em Experimentação Agrícola;

Especialização em Produção de Ruminantes;

Mestrado em Fitotecnia;

Doutorado em Fitotecnia.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Produção Vegetal

Nome: EDUARDO ANTONIO FERREIRA

<http://lattes.cnpq.br/4146430489785423>

Titulação

Bacharelado e Licenciatura em Ciências Agrícolas;

Especialização em Tecnologia em Sementes;

Especialização em Administração Escolar;

Mestrado em Ciências em Educação Agrícola;

Doutorado em Produção Vegetal.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Produção Animal

Nome: FRANCISCO BRAZ DALEPRANE

<http://lattes.cnpq.br/2381004270967700>

Titulação

Bacharelado e Licenciatura em Ciências Agrícolas;

Mestrado em Educação Agrícola;

Doutorado em Produção Vegetal.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Produção Vegetal

Nome: GUSTAVO HADDAD SOUZA VIEIRA

<http://lattes.cnpq.br/3847647453685688>

Titulação

Graduação em Agronomia;

Mestrado em Engenharia Agrícola;

Doutorado em Engenharia Agrícola.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Infraestrutura

Nome: HEDIBERTO NEI MATIELLO

<http://lattes.cnpq.br/6253009653234871>

Titulação

Graduação em Agronomia;

Mestrado em Fitotecnia;

Doutorado em Fitotecnia.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Infraestrutura

Nome: HELIO PENA DE FARIA JÚNIOR

<Http://lattes.cnpq.br/8653397436750428>

Titulação

Graduação em Licenciatura Plena em Ciências Agrícolas;

Mestrado em Produção Vegetal;

Doutorado em andamento.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Produção Vegetal e Produção Animal

Nome: ISMAIL RAMALHO HADDADE

<http://lattes.cnpq.br/7716274796812571>

Titulação

Graduação em Agronomia;
Mestrado em Zootecnia;
Doutorado em Produção Animal.

Regime de Trabalho: DE**Disciplina(s):** Produção Animal**Nome:** JOÃO NACIR COLOMBOhttp://lattes.cnpq.br/14_12574423294929**Titulação**

Bacharelado e licenciatura em Ciências Agrícolas;
Mestrado em Educação Agrícola;
Doutorado em Fitotecnia.

Regime de Trabalho: DE**Disciplina(s):** Produção Vegetal**Nome:** LIVIA GABRIG TURBAY RANGEL VASCONCELOS<http://lattes.cnpq.br/8099739350003910>**Titulação**

Bacharelado em Engenharia Florestal;
Mestrado em Solos e Nutrição de Plantas;
Doutorado em Ciências Agrárias.

Regime de Trabalho: DE**Disciplina(s):** Produção Vegetal**Nome:** LUCILÉA SILVA REIS<http://lattes.cnpq.br/6413410891602542>**Titulação**

Graduação em Agronomia;
Mestrado em Fitotecnia;
Doutorado em Genética e Melhoramento de Plantas.

Regime de Trabalho: DE**Disciplina(s):** Produção Vegetal

Nome: LUSINERIO PREZOTTI http://lattes.cnpq.br/3848984819890751
Titulação Graduação em Agronomia; Mestrado em Fitossanidade; Doutorado em Entomologia.
Regime de Trabalho: DE
Disciplina(s): Agroecologia e Produção Vegetal

Nome: MARCELO BOZETTI http://lattes.cnpq.br/6253828962024245
Titulação Graduação em Administração de Empresas; Especialização em Administração Rural; Mestrado em Administração de Empresa.
Regime de Trabalho: DE
Disciplina(s): Gestão Agropecuária

Nome: MARCIO ADONIS MIRANDA ROCHA http://lattes.cnpq.br/6155212136630131
Titulação Graduação em Engenharia Agrônoma; Mestrado em Produção Vegetal.
Regime de Trabalho: DE
Disciplina(s): Gestão Agropecuária e Infraestrutura

Nome: MARCIO VINÍCIUS FERREIRA DE SOUSA http://lattes.cnpq.br/6869867863645505
Titulação Graduação em Agronomia;

Graduação em Ciências Agrícolas (Licenciatura);
Graduação em Física (Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes);
Especialização em Tecnologia de Processamento de Sucos e Polpas Tropicais;
Especialização em Plantas Ornamentais e Paisagismo;
Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho;
Mestrado em Ciências dos Alimentos;
Doutorado em Ciência e Tecnologia de Alimentos.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Produção Agroindustrial

Nome: MOACIR RODRIGUES FILHO

<http://lattes.cnpq.br/3748393730792265>

Titulação:

Graduação em Licenciatura em Ciências Agrícolas;
Mestrado em Zootecnia;
Doutorado em Zootecnia;

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Produção Animal

Nome: MOACYR ANTÔNIO SERAFINI

<http://lattes.cnpq.br/1526990190751854>

Titulação

Graduação em Zootecnia
Mestrado em Zootecnia
Doutorado em Produção Animal.

Regime de Trabalho: DE

Disciplina(s): Infraestrutura e Produção Animal

Nome: NAIR ELIZABETH BARRETO RODRIGUES

http://lattes.cnpq.br/94_23725973231755

Titulação Graduação em Zootecnia; Mestrado em Zootecnia; Doutorado em Zootecnia.
Regime de Trabalho: DE
Disciplina(s): Produção Animal

Nome: ROBSON CELESTINO MEIRELES http://lattes.cnpq.br/3375136546975082
Titulação Graduação em Agronomia; Mestrado em Fitotecnia; Doutorado em Produção Vegetal.
Regime de Trabalho: DE
Disciplina(s): Produção Vegetal

14.2. Corpo Técnico

ADILES DA PENHA CIRILO DE AZEVEDO ANDRICH
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Letras • Especialização em Nutrição Humana e Saúde
Cargo - Cozinheiro http://lattes.cnpq.br/0945482246171272
Regime de Trabalho - 40h

ALTAIR JÚNIOR FERREIRA DOS SANTOS
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Educação Física • Especialização em Educação Gestão de Pessoas
Cargo - Assistente de Administração

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ANA LÚCIA NEVES

Titulação

- Licenciatura em Pedagogia
- Especialização em Planejamento Educacional
- Especialização em Psicopedagogia Clínico-Institucional

Cargo - Recepcionista

<http://lattes.cnpq.br/8304058458985515>

Regime de Trabalho - 40h

ANDRÉ LEPAOS CORTELETTI

Titulação

- Bacharelado em Administração
- Especialização em Gestão Empresarial

Cargo - Assistente de Aluno

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ANGELA ANDRADE COELHO

Titulação

- Graduação em Arquitetura e Urbanismo
- Especialização em Gerenciamento de Projetos
- Mestrado em Arquitectura Paisagista

Cargo - Arquiteto/Urbanista

<http://lattes.cnpq.br/6091924435884674>

Regime de Trabalho - 40h

ARISTIDES HELL GRANKE

Titulação
<ul style="list-style-type: none"> Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agroindústria
Cargo - Auxiliar de Agropecuária Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

CAMILO DE LELLIS FACHETTI
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> Ensino Médio
Cargo - Operador de Máquinas de Lavanderia Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

CESAR MENEGASSI SOBRINHO
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> Tecnologia de Processos Gerenciais Especialização em Recursos Humanos
Cargo - Vigilante Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

CLÁUDIO REZENDE MALHEIRO
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> Tecnologia em Cooperativismo Especialização em Administração Rural
Cargo - Técnico em Cooperativismo Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

DANIEL HENRIQUE NETTO

Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Contabilidade
Cargo - Assistente de Laboratório http://lattes.cnpq.br/4849750703714221
Regime de Trabalho - 40h

DANIEL MARCIO FERNANDES
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado em Agronomia (em andamento)
Cargo - Operador de Máquinas Agrícolas http://lattes.cnpq.br/3401949138038355
Regime de Trabalho - 40h
DOMINGOS SÁVIO CÔGO
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Biblioteconomia • Especialização em Métodos e Técnicas de Pesquisa • Mestrado em Educação Agrícola
Cargo - Bibliotecário/Documentalista http://lattes.cnpq.br/5094462447367766
Regime de Trabalho - 40h

EDMAR JOSE GAVA
Titulação
<ul style="list-style-type: none"> • Técnico em Contabilidade
Cargo - Servente de Obras Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

--

EDNA NUNES DA SILVA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> Bacharelado em Administração com Habilitação em Análise de Sistemas
Cargo - Auxiliar de Biblioteca Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

EDNÉIA NUNES DA SILVA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> Graduação em Letras Especialização em Educação Infantil nas séries iniciais
Cargo - Técnico em Assuntos Educacionais http://lattes.cnpq.br/4363727934877167
Regime de Trabalho – 40h

ELIETE APARECIDA LOCATELLI VAGO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> Graduação em Pedagogia Especialista em Biblioteconomia Mestrado em Educação
Cargo - Auxiliar de Biblioteca http://lattes.cnpq.br/7094018455934403
Regime de Trabalho - 40h

ELIO UMBERTO DE ALMEIDA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> Tecnologia em Administração Rural Mestrado em Ciência Animal
Cargo - Assistente de Aluno Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ELOÍSIO STANGER

Titulação

- Ensino Médio.

Cargo - Operador de Máquina de Lavanderia
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

ELVIS PANTALEÃO FERREIRA

Titulação

- Tecnologia em Saneamento Ambiental
- Tecnologia em Gestão Ambiental
- Especialização em Direito Ambiental
- Especialização em Educação, Saúde e Meio Ambiente
- Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores
- Mestrado em Engenharia Ambiental
- Doutorado em Engenharia e Ciências dos Materiais (em andamento)

Cargo - Técnico em Agropecuária
<http://lattes.cnpq.br/6299427323641170>

Regime de Trabalho - 40h

FABIANA FARDIN

Titulação

- Tecnologia Agrônômica com Habilitação em Administração
- Especialização em Planejamento Educacional

Cargo - Técnico em Agropecuária
<http://lattes.cnpq.br/1191009329970047>

Regime de Trabalho - 40h

FILIFE COUTINHO DA SILVA

Titulação

- Ensino Médio.

Cargo - Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

GELSO CORONA GATT

Titulação

- Bacharelado em Administração

Cargo - Padeiro
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

GIACOMO LUIZ DOS SANTOS SPERANDIO

Titulação

- Bacharelado em Administração
- Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade

Cargo - Operador de Máquinas Agrícolas
<http://lattes.cnpq.br/5494407312878981>

Regime de Trabalho - 40h

IÊDA PANDOLFI

Titulação

- Bacharelado em Ciências Contábeis
- Especialização em Gestão de Recursos Humanos

Cargo - Assistente em Administração
<http://lattes.cnpq.br/9094134559923618>

Regime de Trabalho - 40h

IRALDIRENE RICARDO DE OLIVEIRA**Titulação**

- Licenciatura Plena em Pedagogia
- Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos
- Especialização em Pedagogia Empresarial
- Especialização em Língua Brasileira de Sinais
- Mestrado em Ciências - Educação Agrícola
- Doutorado em Educação

Cargo - Pedagogo / Gestão Educacional
<http://lattes.cnpq.br/8260769111674093>

Regime de Trabalho - 40h

JADER FERRAZ DE ARAÚJO**Titulação**

- Técnico em Agropecuária.

Cargo - Assistente de Aluno
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

JAQUELINI DALLAPÍCOLA DALCOLMO**Titulação**

- Ensino Médio - Habilitação Profissional em Magistério

Cargo - Operador de Máquina de Lavanderia
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

JOÃO EDUARDO DE BARROS**Titulação**

- Graduação em Administração Rural
- Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade

Cargo - Auxiliar de Agropecuária

Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

JOÃO LUIZ ANGELI
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Técnico em Contabilidade
Cargo - Auxiliar de encanador Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

JORZIA TADEU VAGO
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Técnico em Contabilidade
Cargo - Carpinteiro Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

JOSÉ EDMAR BULIAN
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Tecnologia em Processos Gerenciais• Especialização em Gestão de Recursos Humanos
Cargo - Vigilante Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

KATIA APARECIDA ROCON
Titulação <ul style="list-style-type: none">• Licenciatura em Ciências Biológicas• Licenciatura em Pedagogia

<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Gestão Pública • Aperfeiçoamento em Educação Especial Inclusiva • Mestrado em Educação em Ciências e Matemática
Cargo - Assistente em Administração http://lattes.cnpq.br/4707746560410746
Regime de Trabalho - 40h

KIARA ANTONIA SPERANDIO PIERAZZO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Administração • Especialização em Gestão Pública
Cargo - Assistente em Administração http://lattes.cnpq.br/2771679412609559
Regime de Trabalho - 40h

LAERTE MARTINS
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Bacharelado em Ciências Econômicas • Especialização em Gestão de Material e Patrimônio no Setor Público
Cargo - Cozinheiro http://lattes.cnpq.br/3080635838989332
Regime de Trabalho - 40h

LUCIA HELENA GALLETTI DE OLIVEIRA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Recursos Humanos
Cargo - Técnico em Contabilidade Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

--

LUCIENE CRISTINA MERLO VAGO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos • Especialização em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos
Cargo - Assistente em Administração Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

LUIZ FREITAS NETO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Ensino Fundamental
Cargo - Bombeiro Hidráulico Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

MARCELINA FARIA COUTO FARDIN
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura Plena em Pedagogia • Especialização em Planejamento Educacional
Cargo - Assistente em Administração http://lattes.cnpq.br/8478950276885821
Regime de Trabalho - 40h

MARCELO GERALDO BULIAN
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação Gestão Ambiental • Especialização em Gestão Ambiental
Cargo - Operador de Máquinas Agrícolas Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

MÁRCIA HELENA MILANEZI

Titulação

- Licenciatura Plena em Pedagogia
- Especialização em Gestão Ambiental
- Especialização em Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- Mestrado em Ciências - Educação Agrícola

Cargo - Pedagogo / Área

<http://lattes.cnpq.br/5772393323140474>

Regime de Trabalho - 40h

MARIA ANGELICA ANDRICH

Titulação

- Graduação em Gestão de Recursos Humanos
- Especialização em Gestão de Pessoas

Cargo - Técnico em Contabilidade

<http://lattes.cnpq.br/2749637275135937>

Regime de Trabalho - 40h

MARIA APARECIDA FERNANDES DE FREITAS

Titulação

- Bacharelado em Enfermagem
- Especialização em Saúde Pública - com Ênfase no Programa de Saúde da Família

Cargo - Auxiliar de Enfermagem

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

MARINALVA DE ALCANTARA FERNANDES

Titulação

- Graduação em Pedagogia

<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Gestão Escolar Integrada - Gestão/Supervisão/Orientação • Especialização em Gestão Pública
Cargo - Assistente em Administração http://lattes.cnpq.br/2367214085469751
Regime de Trabalho - 40h

NATHÁLIA MIGUEL TEIXEIRA SANTANA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Nutrição • Especialização em Terapia Nutricional e Nutrição Clínica • Mestrado em Saúde Coletiva • Doutorado em Saúde Coletiva (em andamento)
Cargo - Nutricionista http://lattes.cnpq.br/3144613671032023
Regime de Trabalho - 40h

NÉLIO RÊGES GONSALVES
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Tecnólogo em Gestão da Tecnologia da Informação • Especialização em Gestão de Pessoas
Cargo - Assistente de Aluno Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

OTMAR JOSÉ PERONI
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos • Especialização em Gestão de Recursos Humanos
Cargo - Assistente em Administração http://lattes.cnpq.br/075684953660182
Regime de Trabalho - 40h

PAULA BRUMATTI WUTKUOSKY

Titulação

- Graduação em Administração com Habilitação em Recursos Humanos
- Licenciatura em Matemática
- Especialização em Supervisão, Orientação e Gestão Escolar
- Especialização em Psicopedagogia e Pedagogia Empresarial

Cargo - Assistente em Administração
Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h

RAFAEL ROSSI CASSARO

Titulação

- Graduação em Medicina
- Especialização em Gestão em Saúde e Adm. Hospitalar
- Especialização em Saúde da Família

Cargo - Médico-Área
<http://lattes.cnpq.br/0360633048749304>

Regime de Trabalho – 40h

RAIMUNDO NONATO DA SILVA

Titulação

- Técnico Profissionalizante
- Especialização Técnica em Zootecnia
- Especialização em Gestão de Pessoas

Cargo - Técnico em Agropecuária
<http://lattes.cnpq.br/4340985748734963>

Regime de Trabalho - 40h

RICARDO TOMAZ MARTINELLI

Titulação

- Licenciatura em Pedagogia

<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Psicopedagogia Clínica Institucional • Especialização em Gestão de Instituições Educacionais
Cargo - Auxiliar em Administração http://lattes.cnpq.br/6375871769530489
Regime de Trabalho - 40h

RODRIGO BRISCKE
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Gestão Ambiental
Cargo - Técnico em Agropecuária Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

ROGERIO LUIZ BINDA FOLADOR
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Gestão de Recursos Humanos
Cargo - Auxiliar de Agropecuária http://lattes.cnpq.br/3972731756599621
Regime de Trabalho - 40h

SANDRA MARGON
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Licenciatura em Matemática e Estatística • Graduação em Ciências Contábeis • Especialização em Contabilidade e Auditoria Pública • Especialização em Matemática e Estatística • Mestrado em Educação Agrícola
Cargo - Contador http://lattes.cnpq.br/2533881555444177
Regime de Trabalho - 40h

--

SILVIO DE OLIVEIRA ALVES**Titulação**

- Graduação em Odontologia
- Especialização em Ortodontia
- Especialização em Saúde da Família
- Mestrado em Educação

Cargo - Odontólogo<http://lattes.cnpq.br/4104452612660814>**Regime de Trabalho** - 40h**SIMONE NASCIMENTO SANTOS****Titulação**

- Técnico em Enfermagem
- Licenciatura Plena em Pedagogia
- Especialização em Psicopedagogia Institucional

Cargo - Auxiliar de Enfermagem

Currículo Lattes não disponível

Regime de Trabalho - 40h**SUZANA MARIA GOTARDO****Titulação**

- Graduação em Psicologia
- Mestrado em Psicologia Institucional
- Doutorado em Educação

Cargo - Psicólogo-Área<http://lattes.cnpq.br/0435339271664201>**Regime de Trabalho** - 40h**TAISA DA ROSA BARROS PROÊZA****Titulação**

- Bacharelado em Serviços Sociais

<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Política de Serviço Social
Cargo - Assistente Social Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

THAIS TÓTOLA VASCONCELOS
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Direito • Graduação em Letras -Português/Inglês • Especialização em Direito Público • Especialização MBA em Gestão de Pessoas • Especialização em Biblioteconomia
Cargo - Auxiliar de Biblioteca http://lattes.cnpq.br/2135294991393589
Regime de Trabalho - 40h

THIAGO LOPES ROSADO
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Engenharia Agrônômica • Especialização em Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas • Especialização em Práticas Pedagógicas para Professores • Mestrado em Agricultura Tropical • Doutorado em Produção Vegetal
Cargo - Engenheiro/Área http://lattes.cnpq.br/9137539592211625
Regime de Trabalho - 40h

VANDERLINO GOMES
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Graduação em Gestão de Recursos Humanos

<ul style="list-style-type: none"> • Especialização em Gestão de Recursos Humanos e Meio Ambiente
Cargo - Cozinheiro Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

WESLEY PIVETTA
Titulação <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia em Segurança da Informação • Especialização em Gestão de Recursos Humanos
Cargo - Vigilante Currículo Lattes não disponível
Regime de Trabalho - 40h

15. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Campus Santa Teresa dispõe atualmente de estrutura física para atender aos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio. Os ambientes da estrutura física existente são apresentados nos itens 15.1.1 a 15.1.7.

A infraestrutura mínima recomendada no CNCT, para a realização do Curso Técnico em Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio é Biblioteca com acervo físico ou virtual específico e atualizado, laboratório de informática com programas específicos, laboratório de desenho técnico, topografia e geotecnologias, laboratório de biologia e química, além de unidades didáticas de produção animal, produção vegetal, mecanização, armazenamento e beneficiamento agroindustrial.

15.1. Áreas de ensino específicas

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Prédio Pedagógico					
Salas de aula com 40 carteiras e capacidade para 40 alunos.	08	56,45 m ²	-	-	-
Sala de aula com 40 carteiras e capacidade para 40 alunos.	01	63,00 m ²	-	-	-
Sala dos professores	01	61,75 m ²	-	-	-
Sala de informática para os professores e 10 computadores.	01	63,00 m ²	-	-	-
Prédio Centro Tecnológico					
Salas de aula com 45 carteiras e capacidade para 45 alunos.	02	86,33 m ²	-	-	-
Salas de aula com 38 carteiras e capacidade	06	40,17 m ²	-	-	-

para 38 alunos.					
Sala dos professores	01	40,17 m ²			
Laboratórios					
Solos e Meio Ambiente (capacidade para 20 alunos)	01	61,00 m ²	-	-	-
Biologia (capacidade para 20 alunos)	01	65,00 m ²	-	-	-
Ecologia e Biodiversidade (capacidade para 20 alunos)	01	62,00 m ²	-	-	-
Microbiologia (capacidade para 20 alunos)	01	65,00 m ²	-	-	-
Micropropagação (capacidade para 15 alunos)	01	55,00 m ²	-	-	-
Química (capacidade para 20 alunos)	01	65,00 m ²	-	-	-
Tecnologia de Sementes e Melhoramento de Plantas (capacidade para 15 alunos)	01	68,00 m ²	-	-	-
Prédio de Laboratórios de Informática					
Laboratório de Informática I (com 20 computadores)	01	44,10 m ²	-	-	-
Laboratório de Informática II (com 20 computadores)	01	44,10 m ²	-	-	-
Laboratório de Informática III (com 20 computadores)	01	44,10 m ²	-	-	-

computadores)					
Laboratório de Informática IV (com 20 computadores)	01	44,10 m ²	-	-	-

15.2. Áreas de estudo geral

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Biblioteca*	01	404,00	-	-	-
Laboratório de Artes	01	45,49	-	-	-

* A biblioteca Major Bley do Campus Santa Teresa apresenta instalação própria de 511,19 m² e conta com um acervo bibliográfico composto por títulos nacionais e internacionais, obras de referência, periódicos e materiais digitais, além de acesso ao Portal de Periódicos Capes.

O sistema de controle do acervo é informatizado, sendo utilizado o software *Pergamum*, proporcionando segurança, transparência e agilidade no processo de empréstimos e reservas de materiais. Existem gabinetes para estudo individual ou em grupo, sala de computadores com acesso à Internet e setor de atendimento aos usuários.

15.3. Áreas de esportes e vivência

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Quadras e campo de futebol					
Quadra coberta	02	932,40 m ²	-	-	-
Quadra sem cobertura	01	451,50 m ²	-	-	-
Quadra sem cobertura	01	150,50 m ²	-	-	-
Campo de futebol	01	8.400 m ²	-	-	-
Academia					
Academia	01	390 m ²	-	-	-

Centro de Convivência					
Sala de TV	01	56,30 m ²	-	-	-
Copa/Cozinha	01	47,91 m ²			
Sala do Grêmio	01	16 m ²			
Sala do Centro Acadêmico (Biologia)	01	12 m ²			
Sala do Centro Acadêmico (TADS e TSI)	01	12 m ²			
Sala do Centro Acadêmico (Agronomia)	01	12 m ²			
Área de jogos	01	64 m ²			
Alojamentos					
Prédio, com 08 quartos e capacidade para 32 alunos	04	288 m ²	-	-	-
Prédio, com 12 quartos e capacidade para 72 alunos	01	516 m ²	-	-	-
Prédio, com 03 quartos e capacidade para 18 alunos	01	140 m ²	-	-	-
Prédio, com 20 quartos e capacidade para 72 alunos	01	779 m ²	-	-	-
Restaurante Institucional					
Inclui salas de preparo, almoxarifado, câmara fria, escritório e salas dos servidores, com	01	688,62 m ²	-	-	-

capacidade total para 156 pessoas					
-----------------------------------	--	--	--	--	--

15.4. Áreas de atendimento discente

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Atendimento pedagógico					
Coordenadoria de Gestão Pedagógica - setor Pedagógico	01	51,68 m ²	-	-	-
Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE	01	61,06 m ²	-	-	-
Núcleo de Estudo e Pesquisa em Gênero e Sexualidade, com mesa, cadeiras, armário e computador Desk top.	01	14,5 m ²			
Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas, com mesa, cadeiras, armário e computador Desk top.	01	14,5 m ²			
Núcleo de Relações Internacionais, com mesa, cadeiras, armário e computador Desk top.	01	12 m ²			
Gabinete Médico					
Gabinete com equipamentos apropriados para atendimento médico e materiais específicos para primeiros socorros	01	60,88 m ²	-	-	-
Gabinete Odontológico					

Gabinete com equipamentos apropriados para atendimento odontológico e infraestrutura demandada.	01	10,98 m ²	-	-	-
Assistente Social					
Sala de atendimento e infraestrutura demandada	01	11,90 m ²	-	-	-
Lavanderia					
Lavanderia	01	168 m ²	-	-	-
Nutricionista					
Sala de atendimento e infraestrutura demandada	01	12 m ²	-	-	-

15.5. Áreas de apoio

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	
Auditórios					
Auditório I (Prédio Pedagógico) - capacidade para 100 alunos	01	88,75 m ²	-	-	-
Auditório II - anfiteatro (Prédio Central) - capacidade para 258 alunos	01	306 m ²	-	-	-

15.6. Áreas de campo

Ambiente	Existente		A construir		Observação
	Quant.	Área (m ²)	Quant.	Área (m ²)	

Setor de Agroindústria	1	513,55 m ²	-	-	Prédio destinado ao processamento de derivados de leite e produtos de origem vegetal; Sala destinada ao processamento de carnes.
Setor de Agroecologia	1	54,59 m ²	-	-	Funciona as atividades do Núcleo de Estudos em Agroecologia
Setor de Culturas Anuais	1	110,06 m ²	-	-	Galpão contendo sala de aula; sala de Professor; depósito de materiais; depósito de ferramentas, sanitário, 01 pivô central de 12 ha.
Setor de Culturas Perenes	1	10.054,59 m ²	-	-	Galpão de ferramentas. Culturas implantadas: café; café consorciado com coco anão; pupunha; pinhão manso; abacaxi; banana; citrus; goiaba; jabuticaba; mamão; uva; maracujá; figo; manga; cana; abacate, cacau consorciado com seringueira.
Setor de Olericultura	1	430,00 m ²	-	-	Possui 2 casas de vegetação para cultivo hidropônico de hortaliças.
Viveiros e Casas de Vegetação	1	2.000,0 m ²	-	-	Possui uma casa de vegetação com controle de umidade e temperatura; uma área de produção de mudas coberta

					com sombrite; uma área destinada a aclimação das mudas produzidas.
Setor de Mecanização Agrícola	1	1.113,32 m ²	-	-	Possui 1 sala de aula; sala de apoio; depósito de materiais e sanitários; galpão para máquinas e implementos agrícolas; garagem para ônibus e outros veículos automotivos usados pelo campus.
Setor de Animais de Pequeno Porte					
Apicultura/Meliponicultura	1	141,0 m ²	-	-	Possui 01 sala de aula; 1 laboratório de Apicultura/Meliponicultura, além de um apiário e um meliponário
Cunicultura	1	228,50 m ²	-	-	Dois galpões destinados a produção de coelhos
Cotonicultura	1	64,8 m ²	-	-	Dois galpões destinados a produção de codornas
Galinha de Postura	1	308,10 m ²	-	-	Dois galpões destinados a produção de ovos
Frango de Corte	1	258,34 m ²	-	-	Dois galpões destinados a produção de frangos de corte
Setor de Animais de Médio Porte					
Caprinovinocultura	1	334,50 m ²	-	-	Galpões para produção de ovinos e caprinos; área de pastejo rotacionado; área

					de produção de plantas forrageiras
Suinocultura	1	1231,77 m ²	-	-	Maternidades para 2 gestações; uma creche. Estrutura para crescimento de leitões e estrutura de terminação; um matadouro multiuso para animais de portes pequenos e médios
Setor de Animais de Grande Porte					
Bovinos de Leite	1		-	-	Área experimental em processo de instalação e área de criação; estrutura de piquetes formado para desenvolvimento de pesquisa, experimentação e criação
Bovinos de Corte	1	2.801,07 m ²	-	-	

15.7. Infraestrutura tecnológica

O campus possui 4 (quatro) laboratórios de Informática, contendo 20 computadores em cada um, conforme descrito no item 15.1.1. No entanto, no curso Técnico e, Agropecuária Concomitante ao Ensino Médio não será ofertada a carga horária a distância.

15.8. Polos

Não se aplica.

15.9. Biblioteca

A Biblioteca Major Bley, do Ifes Santa Teresa, está instalada em uma área de 511,19 m², com rampa que favorece a acessibilidade, sala para processamento técnico dos livros, cabines de estudos individuais e salas para estudo em grupo, sala com computadores com acesso à internet, espaço reservado ao atendimento do usuário, sala de obras raras e hemeroteca. Conta ainda com mesas e cadeiras para 60 pessoas, ambiente climatizado e boa iluminação, banheiros e bebedouro, controlador de fluxo de usuário (catracas) e armários guarda-volumes. Com 4.667 títulos e 11.119 exemplares, o acervo bibliográfico é composto por obras nacionais e internacionais, que na sua maioria, tem ênfase nas

disciplinas curriculares dos cursos ofertados pela instituição, sendo atualizado conforme orienta a Política de Desenvolvimento de Coleção do Ifes. O acervo conta ainda com obras de referência, periódicos e materiais digitais, além de acesso ao Repositório Institucional do Ifes, ao Portal de Periódicos Capes, à Minha Biblioteca (plataforma digital de livros) com um vasto acervo de títulos técnicos e científicos.

O acesso às estantes da biblioteca é livre. O acervo está organizado de acordo com a Classificação Decimal de Dewey (CDD) e com a tabela de Cutter-Sanborn, podendo o usuário fazer empréstimo domiciliar, conforme tabela abaixo:

USUÁRIO	TIPO DE MATERIAL	QUANTIDADE	PRAZO
Discente	Livro e material adicional de circulação normal	03	7 dias
Docentes e demais servidores	Livro e material adicional	05	14 dias

A biblioteca utiliza o Pergamum (software de gerenciamento de biblioteca criado pela PUC-PR), disponível na Rede Ifes que permite atender as atividades de registro, de classificação, de catalogação do acervo, de cadastramento de usuários, de consulta ao catálogo, de empréstimo e devolução de livros, de controle de multas e inventários. Também é possível, através do Sistema Pergamum, renovação e reserva de livros on-line, cobrança e baixa de multa, relatórios e boletins bibliográficos. O link para acesso ao catálogo on-line do Pergamum é: <https://biblioteca.ifes.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>

O horário de atendimento ao usuário da biblioteca é de segunda a quinta-feira, das 7h às 21h, e na sexta-feira das 7h às 17h.

16. PLANEJAMENTO ECONÔMICO E FINANCEIRO

16.1 Docentes a contratar

Para oferecimento do curso, o campus Santa Teresa não necessita de contratação de novos docentes.

16.2 Técnicos Administrativos a contratar

Para oferecimento do curso, o campus Santa Teresa não necessita de contratação de novos servidores administrativos.

16.3 Obras a construir

O campus possui praticamente toda a infraestrutura física necessária para o funcionamento do curso. No entanto, foi verificada a necessidade de complementação da estrutura do setor de Agroecologia com edificação de um depósito para guardar equipamentos e de um ambiente telado para uso na propagação e manutenção de espécies vegetais. Também faz-se necessário a reestruturação da área de criação orgânica de caprinos.

16.4 Material Bibliográfico a adquirir

Não foi indicada pelos docentes a necessidade de aquisição de material bibliográfico adicional.

16.5 Materiais a serem adquiridos

16.5.1 Materiais permanentes

O campus já possui os materiais permanentes necessários para a oferta do curso. No entanto, para fortalecer e diversificar as aulas práticas, estão sendo adquiridas uma semeadora e uma cultivadora para o setor de campo.

16.5.2 Materiais de consumo

Será necessário adquirir insumos e ferramentas utilizados na rotina de produção agrícola e de criação animal.

Serão adquiridos também materiais de cunho didático-pedagógico (uniforme, jaleco, cadernos, lápis, caneta, etc), aos estudantes matriculados, com o recurso financeiro já empenhado, referente ao “Bolsa Formação”, conforme nota de empenho 330/2022, destinada ao auxílio de assistência estudantil.

O “Bolsa Formação” é um fomento destinado aos parceiros ofertantes públicos que firmaram termo de adesão, nos termos do artigo 9 da Portaria MEC n. 1042/2021, e tiveram seus projetos aprovados, para

fomento de vagas tão somente no itinerário da formação técnica e profissional, na modalidade presencial e/ou a distância, a serem ofertados no período de 2023 a 2025.

17. REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS GERAIS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050:2004**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, Brasília, 1988.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio**. Brasília, 2000.

_____. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2013.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013. 542p.

_____. **Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos**. 4. Ed. Brasília, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. Anexo I da Resolução do Conselho Superior nº 19/2011, de 09.05.2011. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo**. Vitória, 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFes - 2014/2019**. Vitória, 2014.

_____. **Relatório de gestão. Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Vitória, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem - Jomtien, 1990**. UNESCO, 1988.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA. **Plano de Desenvolvimento 2008-2025**. Santa Teresa, 2008.

_____. **Dados Gerais**. Disponível em: <<https://www.santateresa.es.gov.br/pagina/view/3>>. Acesso em: 13. set. 2022.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

LEIS

BRASIL. **Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de nível médio. Diário Oficial da União, seção 1, 6/11/1968, p. 9689.

_____. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 e dá outras providências. Brasília, 1975.

_____. **Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981.** Regulamentada pelo Decreto nº 99.274/90. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.** Alterada pela Lei 9.974/00. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. **Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.** Alterada pela Lei 13.158/15. Alterada pela Lei 12.805/13. Alterada pela Lei 10.990/04. Alterada pela Lei 10.298/01. Alterada pela Lei 10.246/01. Alterada pela Lei 10.327/01. Alterada pela Lei 10.228/01. Alterada pela Lei 9.712/98. Alterada pela Lei 9.272/96. Alterada pela Lei 11.718/08. Alterada pela Lei 11.775/08. Alterada pela Lei 12.058/09. Dispõe sobre a política agrícola

_____. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994.** Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Artigo 35º, § 2º** (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia”. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Artigo 35-A, § 4º** (redação dada pela Lei nº 13.415/2017). Obrigatoriedade do estudo da Língua Inglesa no currículo do ensino médio e a ofertada de outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o Espanhol. Brasília, 1996.

_____. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o Inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989

_____. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

_____. **Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências

_____. **Lei nº 9.795 de 27 de abril 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. **Lei nº 6.803, de 02 de julho de 1980.** Alterada pela Lei 7.804/89. Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981.

_____. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Alterada pela Lei 11.516/07. Alterada pela Lei 7.957/89. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.805 de 18 de julho de 1989.** Regulamenta as atividades garimpeiras.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

_____. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 10.793, de 1º de dezembro de 2003.** Altera a redação do artigo 26 e artigo 92 da Lei nº 9.394/96, que regulamenta a Educação Física na Educação Básica. Brasília, 2003.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005.** Dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 2005.

_____. **Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.** Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis ns. 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.** Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e nº 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do artigo 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o artigo 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.741 de 16 de julho de 2008.** Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008.** Dispões sobre a implementação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no Currículo do Ensino Médio. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar no Programa Dinheiro Direto na Escola, alguns anos de ensino básico; altera como Leis nº 10.880 e nº 11.273. Brasília, 2009.

_____. **Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010.** Altera a Lei 9.394/1996, no tocante ao ensino da Arte e o artigo 26º, § 2º, da Lei nº 9.394/1996 (redação dada pela Lei nº 13.415/2017) - dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, como componente curricular obrigatório da Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.

_____. **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.** Institui a política nacional de resíduos sólidos; altera a

lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012.** Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a medida provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do artigo 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, 2012.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014.** Acrescenta § 8º ao artigo 26 da Lei nº 9.393, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Brasília, 2014.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015.

_____. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília, 2016.

_____. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017.

_____. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018.** Altera o artigo 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.

_____. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.

_____. **Lei nº 13.716, de 24 de setembro de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para assegurar atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado. Brasília, 2018.

_____. **Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019.** Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa. Brasília, 2019.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Estadual nº 7.058, de 18 de janeiro de 2002.** Dispõe sobre a fiscalização, infrações e penalidades relativas à proteção ao meio ambiente na Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente.

_____. **Lei Complementar Estadual nº 248, de 28 de junho de 2002.** Cria o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (lema), e dá outras providências.

_____. **Lei Estadual nº 9.265, de 15 de julho de 2009.** Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Lei Estadual nº 9.685, de 23 de agosto de 2011.** Altera dispositivos da Lei nº 7.058, de 18/1/2002.

RESOLUÇÕES

BRASIL. Resolução CNE/CEB n.º 3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 8 de dezembro de 1999.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 21 de janeiro de 2004.** Estabelece as Diretrizes Nacionais para a organização e realização do Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2004.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1 de 17 de junho de 2004.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de fevereiro de 2005** - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 04 de abril de 2005.** Modifica a redação do §3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 27 de outubro de 2005.** Inclui novo dispositivo à Resolução CNE/CEB 1/2005, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de

Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004. Brasília, 2005.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 16 de agosto de 2006.** Altera o artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2006.

_____. **Resolução CNE/CES nº 3 de 02 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Brasília, 2007.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 15 de maio de 2009.** Dispõe sobre a implementação da Filosofia e da Sociologia no currículo do Ensino Médio, a partir da edição da Lei nº 11.684/2008, que alterou a Lei nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 2009.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2009.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 14 de dezembro de 2010.** Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, 2010.

_____. **Res. CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 30 de janeiro de 2012.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 6 de junho de 2012.** Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 6 de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1 de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1 de 05 de dezembro de 2014.** Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos

técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no artigo 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do artigo 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012. Brasília, 2014.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015.** Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução CD/FNDE, nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2015.

_____. **Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.** Institui e orienta a implantação da BNCC, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 21 de novembro de 2018.** Atualiza as Diretrizes curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2018.

_____. **Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018.** Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 15/2017. Brasília, 2018.

_____. **Resolução CFT nº 85, de 28 de outubro de 2019.** Aprova a tabela de títulos de profissionais dos Técnicos Industriais no SINCETI. Brasília, 2019.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 15 de dezembro de 2020.** Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, 2020.

_____. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021.

_____. **Lei nº 14.164 de 10 de junho de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Resolução CERH nº 5, de 7 de julho de 2005.** Estabelece critérios gerais sobre a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos de domínio do Estado do Espírito Santo.

_____. **Resolução Consema nº 1, de 19 de março de 2008.** Dispõe sobre a redefinição dos procedimentos para o licenciamento ambiental dos empreendimentos enquadrados como classe simplificada tipo “S” nos termos da legislação em vigor.

_____. **Resolução Consema nº 3, de 7 de maio de 2009.** Estabelece os critérios e procedimentos para expedição da licença ambiental de operação de 6 anos e suas respectivas renovações.

_____. ESPÍRITO SANTO (Estado). **Resolução Consema nº 1, de 30 de junho de 2010.** Revoga a Resolução Consema nº 1/2007, mantendo vigente apenas seu Anexo Único, até que seja atualizado por meio de Instrução Normativa do lema, estabelecendo novas diretrizes para o exercício do Licenciamento Ambiental Municipal, e dá outras providências. Alterada pela Resolução Consema nº 5/2012.

_____. **Resolução Consema nº 1, de 27 de julho de 2011.** Considera como instrumento hábil à

delegação de competência aos municípios habilitados para fazer o licenciamento ambiental municipal das atividades que ultrapassem o porte previsto na Resolução nº 1/2010, ou as situadas em área de preservação permanente.

_____. **Resolução Consema nº 1, de 8 de fevereiro de 2012.** Altera o artigo 4º da Resolução Consema nº 1/2008.

_____. **Resolução Consema nº 5, de 17 de agosto de 2012.** Define a tipologia das atividades ou empreendimentos considerados de impacto ambiental local e dá outras providências.

DECRETOS

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 - Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Brasília, 1969.

_____. **Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985.** Regulamenta a Lei nº 5.524, de 05 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau. Diário Oficial da União, seção 1, 7/2/1985, p. 2194. Brasília, 1985..

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999** - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 1999.

_____. **Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.** Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília, 2002. Brasília, 2002.

_____. **Decreto 4.560, de 30 de dezembro de 2002.** Altera o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial e Técnico Agrícola de nível médio ou de 2º grau. Diário Oficial da União, seção 1, 31/12/2002, p. 7. Brasília, 2002.

_____. **Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004.** Regulamenta as leis que trata da educação inclusiva. Brasília, 2004.

_____. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília, 2009.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010.

_____. **Decreto nº 7.611, de 18 de novembro de 2011** - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;

_____. **Decreto nº 9.656, de 27 de dezembro de 2018**. Altera o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Brasília, 2018.

_____. **Decreto nº 7.611 de 18 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto Estadual nº 1.777- R, de 8 de janeiro de 2007**. Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado Silcap, alterado pelo Decreto nº 1972- R, de 26 de novembro de 2007.

_____. **Decreto Estadual nº 1.972- R de 26 de novembro de 2007**. Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente, denominado Silcap.

_____. **Decreto Estadual nº 2.809- R, de 21 de julho de 2011**. Altera dispositivos do Decreto nº 1.777-R, de 8/1/2007, que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradoras do Meio Ambiente (Silcap).

_____. Decreto Estadual nº 3623-R, de 4 de agosto de 2014. Regulamenta o licenciamento ambiental de barragens para fins agropecuários e/ou usos múltiplos no estado.

PARECERES

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de dezembro de 1997**. Diretrizes operacionais para a educação profissional, em nível nacional. Brasília, 1997.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 15, de 1 de junho de 1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

_____. **Parecer CNE/CEB nº16, de 05 de outubro de 1999**. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, 1999.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 17, de 3 de julho de 2001** - Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001.

. _____. **Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004**. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio. Brasília, 2004.

_____. **Parecer CNE/MEC nº 03 de 10 de março de 2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 38, de 07 de julho de 2006**. Inclusão obrigatória das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Brasília, 2006.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 2, de 31 de janeiro de 2007.** Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2007.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 18, de 8 de agosto de 2007** - Esclarecimentos para a implementação da Língua Espanhola como obrigatória no Ensino Médio, conforme dispõe a Lei nº 11.161/2005. Brasília, 2007.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 22, de 8 de outubro de 2008.** Consulta sobre a implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio. Brasília, 2008.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 7, de 7 de abril de 2010.** Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, 2010.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 07 de julho de 2010.** Dispõe sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Brasília, 2010.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 5, de 5 de maio de 2011.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2011.

_____. **Parecer CNE/MEC nº 08 de 06 de março de 2012.** Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 4 de setembro de 2012.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília, 2012.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 10, de 5 de novembro de 2014.** Revisão da redação do artigo 28 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, à luz da redação do Parecer CNE/CEB nº 11/2012. Brasília, 2014.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014.** Atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e reexame do Parecer CNE/CEB nº 2/2014, contendo orientações quanto à oferta de cursos técnicos em caráter experimental. Brasília, 2014.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015.** Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Brasília, 2015.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 15, de 9 de dezembro de 2015.** Orientação aos sistemas de ensino quanto à implementação da Lei nº 11.161/2005, que dispõe sobre o ensino da língua espanhola. Brasília, 2015.

_____. **Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017.** Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 1, de 24 de janeiro de 2018.** Consulta sobre estágio supervisionado na Educação Profissional. Brasília, 2018.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018.** Atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, observadas as alterações introduzidas na LDB pela Lei nº 13.415/2017. Brasília, 2018.

_____. **Parecer CNE/CP nº 15, de 4 de dezembro de 2018.** Instituição da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM) e orientação aos sistemas de ensino e às instituições e redes escolares para sua implementação, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino, nos termos do Artigo 211 da Constituição Federal e Artigo 8º da Lei nº 9.394/1996 (LDB). Brasília, 2018.

_____. **Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 2020.

_____. **Parecer CNE/CP nº 17, de 10 de novembro de 2020.** Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília, 2020.

RESOLUÇÕES INTERNAS

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Instrução Normativa Iema nº 19, de 4 de outubro de 2005.** Estabelece procedimentos administrativos e critérios técnicos referentes à outorga de direito de uso de recursos hídricos em corpos de água do domínio do estado do Espírito Santo;

_____. **Instrução Normativa Iema nº 12, de 18 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a classificação de empreendimentos e definição dos procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental simplificado;

_____. **Instrução Normativa Iema nº 14, de 1º de dezembro de 2008.** Dispõe sobre os procedimentos relacionados ao licenciamento ambiental de coleta e transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos e resíduos de serviços de saúde;

_____. **Instrução Normativa Iema nº 10, de 28 de dezembro de 2010.** Dispõe sobre o enquadramento das atividades potencialmente poluidoras e/ou degradadoras do meio ambiente, com obrigatoriedade de licenciamento ambiental no Iema e sua classificação quanto ao potencial poluidor e porte. Retificada pela Instrução Normativa nº 2, de 12 de janeiro de 2011;

_____. **Instrução Normativa Idaf nº 4, de 9 de maio de 2011.** Institui as normas e procedimentos que regulam, em todo território do estado do Espírito Santo, o licenciamento ambiental a ser realizado pelo Idaf, nas tipologias discriminadas no Decreto nº 2055-R, de 14 de maio de 2008, enquadradas nas classes simplificada I e II.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. **Resolução do Conselho Superior nº 11, de 16 de abril de 2010.** Aprova a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Ifes. Vitória, 2010.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 19, de 09 de maio de 2011.** Aprova a Política de Assistência Estudantil do Ifes. Vitória, 2011.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 71, de 08 de dezembro de 2011.** Alterar a redação do subitem 9.2.1.3 do anexo i da resolução CS nº 19/2011, que aprova a política de assistência estudantil do ifes. Vitória, 2011.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 11, de 4 de maio de 2015.** Normatiza procedimentos de elaboração e trâmite de Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos no Ifes. Vitória, 2015.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 130, de 05 de agosto de 2016.** Revoga a Resolução do Conselho Superior nº 14, de 07 de maio de 2012. Vitória, 2015.

_____. **Resolução do CS n.º 202, de 9 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a Instituição da Política de Educação para as Relações Étnico-Raciais do Instituto Federal do Espírito Santo.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 55, de 19 de dezembro de 2017.** Institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com Necessidades Específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Vitória, 2017.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 19, de 13 de julho de 2018.** Altera a Resolução nº 55/2017 de 19/12/2017, que institui os procedimentos de identificação, acompanhamento e certificação de alunos com necessidades específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes. Vitória, 2018.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 48, de 6 de dezembro de 2019.** Aprova o Plano de Desenvolvimento institucional (PDI/PPI) do Ifes referente ao período 2019/2 - 2024/1. Vitória, 2018.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 58, de 17 de dezembro de 2018.** Regulamenta os estágios dos alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Vitória, 2018.

_____. **Resolução do Conselho Superior nº 65, de 30 de dezembro de 2019.** Homologa o Regulamento da Organização Didática dos Cursos Técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO. CAMPUS SANTA TERESA. **Resolução nº 002-2019-CG, de 07 de março de 2019.** Aprova as Diretrizes da Política de Assistência Estudantil do Ifes Campus Santa Teresa para a concessão do Auxílio Alimentação, do Auxílio Transporte e do Auxílio Moradia no ano de 2019. Santa Teresa, 2019.

PORTARIA INTERNA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO.

Portaria nº 1.602, de 30 de dezembro de 2011. Vitória, 2016.

_____. **Portaria nº 1896, de 8 de julho de 2016** - Aprova o Código de Ética e Disciplina do Corpo Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes). Vitória, 2016.

_____. **Portaria nº 972, de 16 de junho de 2021.** Normatiza a oferta de recuperação paralela e de recuperação final em cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Vitória, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO.

CAMPUS SANTA TERESA. **Portaria 201/DG, de 11 de julho de 2007.**